

# Jornalismo

socioambiental humanizado

UMA ABORDAGEM CONTEMPORÂNEA

(organização)

Renan Albuquerque

Ana Paula Freire

Emília Picanço

Maria Luiza Dácio

Rebeca Vilhena

Soraia Joffely

Thalita Bandeira

Vitória Freire

Yasmim Tabosa

Jalna Gordiano

# Jornalismo

socioambiental humanizado

---

UMA ABORDAGEM CONTEMPORÂNEA

(organização)

Renan Albuquerque

Ana Paula Freire

Emília Picanço

Maria Luiza Dácio

Rebeca Vilhena

Soraia Joffely

Thalita Bandeira

Vitória Freire

Yasmim Tabosa

Jalna Gordiano



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A378r - ALBUQUERQUE, Renan et al.

Jornalismo socioambiental humanizado: uma abordagem contemporânea. Organizado por Renan Albuquerque, Ana Paula Freire, Emília Picanço, Maria Luiza Dácio, Rebeca Vilhena, Soraia Joffely, Thalita Bandeira, Vitória Freire, Yasmin Tabosa e Jalna Gordiano. Alexa Cultural: São Paulo / Edua: Manaus, 2021.

14x21cm – 77 páginas.

ISBN - 978-85-5467-159-4

1. Comunicação Social 2. Jornalismo Socioambiental 3. Divulgação Científica 4. Artigos 5. I-Título, II-Sumário, III-Bibliografia

Índices para catálogo sistemático:

1. Comunicação Social
2. Jornalismo Socioambiental
3. Divulgação Científica

Todos os direitos reservados e amparados pela Lei 5.988/73 e Lei 9.610

**Alexa Cultural Ltda.**



Rua Henrique Franchini,  
256, Embu das Artes/SP.  
CEP: 06844-140  
alex@alexacultural.com.br  
alexacultural@terra.com.br  
www.alexacultural.com.br  
www.alexaloja.com

**Editora da Universidade Federal do Amazonas**

Avenida Gal. Rodrigo Otávio Jordão  
Ramos, 6200 - Coroado I, Manaus/AM.  
Campus Universitário Senador Arthur  
Virgílio Filho, Centro de Convivência,  
Setor Norte. Fones: (92) 3305-4291  
e (92) 3305-4290.  
ufam.editora@gmail.com



## FOMENTO & APOIO CIENTÍFICO

- Universidade Federal do Amazonas (Ufam)
  - Faculdade de Informação e Comunicação (FIC)
  - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam)
  - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ambientes Amazônicos (Nepam/Ufam/CNPq)
  - Laboratório de Editoração Digital do Amazonas (Leda/Ufam)
- 
- 

# Comitê editorial EDUA

Presidente: Henrique dos Santos Pereira. Membros: Antônio Carlos Witkoski, Domingos Sávio Lima, Edleno Silva de Moura, Elizabeth Cartaxo, Spartaco Astolfi Filho, Valeria Weigel. PARECERISTAS: Louis Marmoz (Université de Versailles); Antônio Cattani (UFRGS); Alfredo Bosi (USP); Arminda Mourão Botelho (Ufam); Spartacus Astolfi (Ufam); Boaventura Sousa Santos (Univ. de Coimbra); Bernard Emery Univ. Stendhal-Grenoble 3); Cesar Barreira (UFC); Conceição Almeida (UFRN); Edgard de Assis Carvalho (PUC-SP); Gabriel Conh (USP); Gerusa Ferreira (PUC-SP); José Vicente Tavares (UFRGS); José Paulo Netto (UFRJ); Paulo Emílio (FGV/RJ); Élide Rugai Bastos (Unicamp); Renato Ortiz (UFPE); Rosa Ester Rossini (USP); Renato Tribuzy (Ufam).

## Comitê editorial da obra

### Textos

Bárbara Fernandes  
Fabiane Monteiro  
Franciane Silva  
João Oliveira  
Luciano Cunha  
Lara Guimarães  
Letícia Gama  
Lunna Farias  
Rhuan Luz  
Vitória Freire  
Mateus Leiros  
Marcela Estrella  
Maria Luiza Dacio  
Nendra Sued  
Altair Maia  
Raissa Eme  
Rebeca Vilhena  
Roberta Santos  
Victória Beatriz  
Júlia Maria  
Emília Picanço  
Laura Souza  
Nayandra Oliveira  
Ana Paula Freire  
Jalna Gordiano  
Renan Albuquerque

### Diagramação

Daniel Carneiro  
Isabella Lyssa  
Janaíne Guimarães  
Thalita Bandeira  
Yasmim Tabosa  
Renan Albuquerque

### Revisão Técnica

Marcela Orquiz  
Soraia Joffely  
Ana Paula Freire  
Renan Albuquerque

### Texto final e Lay out

Thalita Bandeira  
Yasmim Tabosa  
Ana Paula Freire Artaxo  
Renan Albuquerque

### Ilustrações

Thalita Bandeira  
Yasmim Tabosa

### Capa

Thalita Bandeira  
Yasmim Tabosa

# Comitê científico - Alexa Cultural

## Presidente

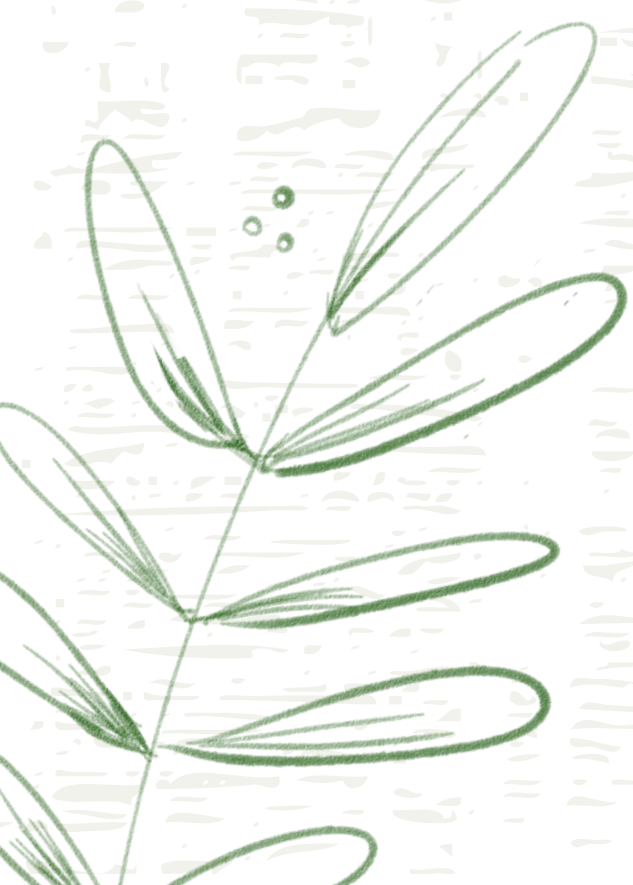
Yvone Dias Avelino (PUC/SP)

## Vice-presidente

Pedro Paulo Abreu Funari (UNICAMP)

## Membros

Alfredo González-Ruibal (Univ. Complutense de Madrid - Espanha)  
Ana Cristina Alves Balbino (UNIP – São Paulo/SP)  
Ana Paula Nunes Chaves (UDESC – Florianópolis/SC)  
Arlete Assumpção Monteiro (PUC/SP - São Paulo/SP)  
Barbara M. Arisi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)  
Benedicto Anselmo Vitoriano (Anhanguera – Osasco/SP)  
Carmen Junqueira (PUC/SP – São Paulo/SP)  
Claudio Carlan (UNIFAL – Alfenas/MG)  
Denia Roman Solano (Univ. da Costa Rica - Costa Rica)  
Débora Cristina Goulart (UNIFESP – Guarulhos/SP)  
Diana Sandra Tamburini (UNR – Rosário/Argentina)  
Edgard de Assis Carvalho (PUC/SP – São Paulo/SP)  
Estevão Rafael Fernandes (UNIR – Porto Velho/RO)  
Evandro Luiz Guedin (UFAM/AM)  
Fábia Ribeiro (UNILAB – São Francisco do Conde/BA)  
Fabiano de Souza Gontijo (UFPA – Belém/PA)  
Gilson Rambelli (UFS – São Cristóvão/SE)  
Graziele Acçolini (UFGD – Dourados/MS)  
José Geraldo Grillo (UNIFESP – Guarulhos/SP)  
Juan Álvaro Echeverri(UNAL/Colômbia)  
Júlio Cesar Machado de Paula (UFF – Niterói/RJ)  
Karel Henricus Langermans (ECA/USP - São Paulo/SP))  
Kelly Ludkiewicz Alves (UFBA – Itacoatiara/BA)  
Leandro Colling (UFBA – Salvador/BA)  
Lilian Marta Grisólio (UFG – Catalão/GO)  
Lucia Helena Vitalli Rangel (PUC/SP – São Paulo/SP)  
Luciane Soares da Silva (UENF – Campos de Goitacazes/RJ)  
Mabel M. Fernández (UNLPam – Santa Rosa/La Pampa – Argentina)  
Marilene Corrêa da Silva Freitas (UFAM – Manaus/AM)  
María Boschín (UNLu – Luján/Buenos Aires – Argentina)  
Marlon Pestana (FURG – Universidade Federal do Rio Grande/RS)  
Michel Justamand (UNIFESP - Guarulhos/SP)  
Miguel Angelo Silva de Melo - (UPE - Recife/PE)  
Odenei de Souza Ribeiro (UFAM – Manaus/AM)  
Patricia Sposito Mechi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)  
Paulo Alves Junior (FMU – São Paulo/SP)  
Raquel dos Santos Funari (UNICAMP – Campinas/SP)  
Renata Senna Garraffoni (UFPR – Curitiba/PR)  
Rita de Cassia Andrade Martins (UFG – Jataí/GO)  
Sebastião Rocha de Sousa (UEA – Tabatinga/AM)  
Thereza Cristina Cardoso Menezes (UFRRJ – Rio de Janeiro/RJ)  
Vanderlei Elias Neri (UNICSUL – São Paulo/SP)  
Vera Lúcia Vieira (PUC – São Paulo/SP)  
Wanderson Fabio Melo (UFF – Rio das Ostras/RJ)



Este livro foi construído com base nos preceitos Open Access Initiative (OAI), movimento instituído em 1999 por um grupo de pesquisadores europeus e norte-americanos, com o intuito de disponibilizar gratuita e publicamente, sem restrições, produções acadêmico-científicas, para que qualquer pessoa possa acessar, ler, baixar, copiar, distribuir ou imprimir, citando e creditando a fonte de origem.

@copyright





# Sumário

---

## **PREFÁCIO**

Renan Albuquerque

## **APRESENTAÇÃO**

Ana Paula Freire

## **CAPÍTULO I MEIO AMBIENTE**

1.1 TERRA	15
1.1.1 O desmatamento e as leis ambientais	15
1.1.2 Queimadas	17
1.1.3 Garimpo	20
1.2 ÁGUA	21
1.3 AR	24
1.3.1 Ar e poluição	25
1.3.2 Quais poluentes e seus efeitos	25
1.3.3 Ar e <i>fake news</i> : a relação entre aquecimento global e queimadas na Amazônia	28

## **CAPÍTULO II POVOS TRADICIONAIS E ORIGINÁRIOS**

2.1 Indígenas	32
2.1.1 De 3 milhões a 900 mil	32
2.1.2 Língua e violência	34
2.2 Mercado de trabalho e educação	37
2.3 Quilombolas	40
2.3.1 Liberdade e resistência	40
2.4 Ribeirinhos	42
2.4.1 Introdução à comunidade tradicional	42

## **CAPÍTULO III EXPRESSIVIDADES E CASOS DE *FAKE NEWS***

3.1 A, B, C...	52
3.3.1 Ancestralidade e cultura indígena	52
3.2 <i>Fake news</i>	54
3.3 Notícias falsas ao longo da história e a era da pós-verdade	59
3.3.1 "Descoberta" do Brasil: uma antiga <i>fake news</i> contada em solo nacional	60
3.4 <i>Fake news</i> durante campanhas políticas	61
Referências	64
Bibliografia complementar	66
Entrevistas realizadas	68

## **POSFÁCIO**

Jalna Gordiano

# Prefácio

A divulgação científica é de suma importância para a construção de conhecimentos multicêntricos, relativos a temas complexos, entre diferentes sociedades do planeta, sobretudo no que se refere à existência humana tanto na atualidade quanto no passado e futuro. Por meio de práticas que enfocam a democratização de saberes científicos, em níveis amplos e populares, cada vez mais pessoas podem ter acesso a descrições, descobertas e demais consensos acadêmicos de alto nível, contribuindo para que a humanidade enfrente com vigor desafios apresentados na contemporaneidade.

Vivemos em um tempo no qual efeitos acelerados do aquecimento global (um dos nossos maiores desafios do Antropoceno) exigem ações mitigadoras ágeis e concretas, que auxiliem principalmente na mudança de percepção da realidade sobre nosso planeta. Para atingir esses objetivos, acreditamos que a comunicação seja o campo de saber com destacado potencial de melhorar aspectos do conhecimento popular acerca do problema, o que implica em atos coletivos que exigem melhores tomadas de decisão por parte de governos mundiais.

A partir dessa concepção justificada, trabalhamos para destacar que a proposta do *Jornalismo socioambiental humanizado: uma abordagem contemporânea* foi realizada por equipe de profissionais e estudantes exatamente com a meta de facilitar o acesso a informações sobre meio ambiente e sociedades originárias e tradicionais, a partir de ótica inclusiva e humanista. Trata-se de publicação com objetivo de difundir a agentes da comunicação e criadores de conteúdo temas de difícil entendimento, que versam sobre categorias engendradas a problemas socioambientais.



São perspectivas inerentes às alterações ambientais globais, como queimadas e retiradas florestais, contaminação da água, poluição do ar e explorações ilegais do agronegócio e do garimpo, as quais impactam povos nativos do bioma Amazônia. Acreditamos, assim, ser interessante tornar acessível uma linguagem que muitas vezes é hermética, granjeando, com isso, mais público para a causa do respeito e da defesa da natureza e das sociedades amazônicas em geral.

Construímos, portanto, a coletânea na tentativa de contribuir para que estudantes do Ensino Médio e universitários recém-ingressantes possam dar seus primeiros passos no contexto de problemáticas urgentes, atuais, que pesam sobre a Amazônia e os demais biomas brasileiros. Ademais, a Amazônia é nosso maior patrimônio socioambiental e cultural, o que significa dizer que é preciso disseminar informações a partir de uma linguagem direta e simplificada, esclarecedora, acerca dos efeitos da ação humana sobre a região em específico, sobre o Brasil e ainda no âmbito do planeta Terra.

**Prof. Dr. Renan Albuquerque**

Professor Associado da Universidade Federal do Amazonas  
Pesquisador-Membro do Núcleo Diversitas da USP



# Apresentação

A comunicação pública da ciência pressupõe, como condição *sine qua non*, a compreensão da tríade ciência, tecnologia e sociedade, e suas influências recíprocas. Essa perspectiva é cada vez mais necessária na era da informação, em que as tecnologias avançadas viabilizam uma conectividade permanente, com uma quantidade imensurável de dados que circulam em tempo real nas mais diferentes plataformas.

Compreender essa interação da ciência e tecnologia com a sociedade significa considerar a produção do conhecimento científico como intrínseca às práticas políticas, econômicas e sociais constitutivas dela própria. O que confere à ciência um aspecto de representação e de utilização socioeconômica é justamente suas inovações e possibilidades de aplicações tecnológicas chegando ao conhecimento (do) público (SCHOR, 2007).

A comunicação, especialmente a divulgação científica, é o liame que tece essa tríade. A internet e a web, com suas ferramentas de interatividade, são essenciais para disseminar o conhecimento científico e, ao mesmo tempo, despertar o interesse do público não apenas por resultados, mas, também, pelo método científico, como um processo contínuo, sendo este um dos desafios enfrentados pelas universidades e centros de pesquisa.

Porém, ao mesmo tempo em que se ampliam os espaços para a disseminação científica, abre-se a possibilidade de circularem informações sem o devido rigor conceitual ou mesmo *fake news* – e quem as controla? Se, antes, a veiculação de conteúdo “noticioso” era domínio exclusivo de jornalistas, com o advento de tecnologias de informação, praticamente qualquer pessoa gera conteúdo de “interesse público”.

Esse cenário decerto se reflete nos discursos que circulam nas mídias, de maneira geral, e no jornalismo, particularmente. Sendo o jornalismo científico um dos campos que podem atuar como mediadores críticos entre o ambiente acadêmico-científico e a sociedade, qualquer iniciativa de propor abordagem acurada, inclusiva e humanizada tende a ser importante. É nesta perspectiva que surge o *Jornalismo Ambiental Humanizado*, resultado do esforço coletivo de estudantes da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal do Amazonas (Ufam).

Importante salientar que não se trata de “normatização”, mas de uma proposta de reflexão sobre como lidar com questões socioambientais, incluindo-se o lugar atribuído às populações indígenas, quilombolas e ribeirinhas, nos mais diferentes enunciados, e refutando *fake news* que acabaram se tornado “lugar-comum”. Pode-se dizer que o livro é uma tomada de posição por dado discurso – e tudo bem, porque os autores assumem isso, não há pretensão ou intenção de “neutralidade” (como se possível fosse).

Nessa perspectiva, a Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal do Amazonas (FIC/Ufam) cumpre seu papel de dar a ler o exercício da crítica, possibilitando a seus alunos a capacidade de relacionar o conhecimento e suas aplicações aos fenômenos da vida cotidiana, sem, contudo, prescindir da perspectiva – e do compromisso – de avaliar as implicações éticas da comunicação com a sociedade nas suas leituras de mundo, sobretudo como profissionais.

**Dra. Ana Paula Freire**

Jornalista, especialista em Jornalismo Científico (Labjor/Unicamp), doutora em Linguística (Unicamp), analista em C&T no Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN/CNEN-SP)



# Capítulo I

MEIO AMBIENTE



## **1.1 Terra**

### **1.1.1 O desmatamento e as leis ambientais**

A prática do desmatamento, seja para expansão agropecuária ou venda ilegal de matéria-prima, vem reduzindo drasticamente a cobertura vegetal do país. A crescente urbanização desordenada no território brasileiro também é responsável por perdas de área verde.

A Amazônia, maior região de florestas tropicais contíguas do planeta, por exemplo, vem sendo fortemente afetada pelo avanço acelerado de atividades exploratórias.

A Mata Atlântica igualmente sofre com a devastação: perdeu 93% de sua área durante a exploração de café e cana-de-açúcar, situando-se hoje entre os sete biomas mais ameaçados do mundo.

O Cerrado teve baixa de 50% na sua composição original de vegetação desde o início do século passado, principalmente por causa da expansão de latifúndios e do agronegócio.

A Caatinga tem sofrido com negligências também relacionadas a queimadas e, além disso, 60% de sua área são propensos à desertificação.

O desmatamento ilegal é um perigo e requer medidas drásticas. Entre 1995 e 2015, o Brasil perdeu mais de 55 milhões de hectares (PNUMA, 2016).

## ● MEIO AMBIENTE ●

O Artigo 2º da Lei de Proteção da Vegetação Nativa, institui que "[...] fragmentos existentes no território nacional e demais formas de vegetação nativa, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes do país.

Dessa forma, florestas são bens difusos e cumprem papel essencial na vida da humanidade. A Amazônia se situa ao norte da América do Sul, no Brasil e em outros oito países. Estende-se por mais de 5 milhões de km<sup>2</sup>, sendo a maior floresta do mundo e a que concentra a maior biodiversidade do planeta. A Mata Atlântica é responsável pela produção de recursos e abastecimentos em boa parte do litoral brasileiro. O Cerrado é fonte de sobrevivência de comunidades indígenas, quilombolas e semelhantes. A Caatinga sustenta a economia na região NE tanto pelo que representa na matriz energética regional quanto pela exploração de recursos florestais não madeireiros.

O desmatamento pode acarretar impactos profundos ao meio ambiente, contribuindo diretamente para a intensificação do efeito estufa, a degradação do solo e a perda de biodiversidade. Além disso, concorre para pressões socioeconômicas que assolam povos tradicionais e originários.

Os biomas brasileiros são definidos como patrimônio nacional (diferindo-se de bens da União) e vigorados por lei.



Falamos aqui da Lei de Proteção de Vegetação Nativa (também conhecida como Novo Código Florestal). O Novo Código Florestal, aprovado em 2012, é uma das legislações mais abrangentes e completas sobre preservação socioambiental do planeta, estabelecendo conceitos de Área de Preservação Permanente, Área de Reserva Legal, Área de Preservação Ambiental, Unidades de Conservação, Terras Indígenas etc. Decreta limites quanto à exploração e extração de matéria-prima, delimita registros sobre produtos de origem florestal e determina a prevenção contra ações destrutivas em áreas florestais.

### **1.1.2 Queimadas**

Queimadas são atividades que podem ocorrer tanto em áreas de floresta quanto em pastagens, basicamente por dois modos de ação: natural ou humana. Práticas desse tipo possuem diversas consequências negativas para o ecossistema, tendo como principais o aquecimento global, os problemas para a saúde e a perda da biodiversidade. O fogo na Amazônia tem origem ligada a diversas práticas econômicas desenvolvidas na região.

Queimadas foram intensificadas a partir da década de 1970, tendo como motivadores a agricultura e a pecuária extensivas, atividades que necessitam de grandes áreas de terras para existir. Assim, entende-se que o desmatamento está ligado a processos de queimadas na região. Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), em agosto de 2021 a Amazônia teve 2.308 focos de calor. É o maior registro de sinais de queimadas desde junho de 2007.

O número está acima da média histórica, sendo o terceiro maior índice para o mês desde 2010, perdendo apenas para 2019 e 2020. Visando combater a prática, o Governo Federal editou o Decreto N° 10.424, de 15 de julho de 2020, cuja duração se limitou a 120 dias.

Nesse limiar de período, em 2020, mesmo tendo anunciado e realizado a publicação no Diário Oficial da União, o Estado viu serem registrados 6.091 focos de incêndios na Amazônia apenas durante o mês de julho, o que configura um aumento de 14,5% em relação ao ano anterior (julho de 2019).

Os focos notificados no primeiro ano da pandemia foram superiores ao total do mesmo mês do ano passado: 1.166 contra 829. Os números verificados nos oito meses de 2021 são inferiores às médias consideradas pelo Inpe dentro de destacada série histórica que remonta a 1998. A exceção ficou por conta de maio, mês para o qual a média de 1.000 focos foi superada.

Levantamento do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) e do Woodwell Climate Research, para o período dos seis meses iniciais de 2021, mostrou que uma área de 5 mil quilômetros quadrados foi desmatada na Amazônia, correspondendo ao tamanho de 500 mil campos de futebol ou quatro vezes a cidade de São Paulo.

## ● MEIO AMBIENTE ●

Em agosto de 2021, a Amazônia teve 2.308 focos de calor. Segundo pesquisadores, tanto áreas desmatadas desde 2019 quanto regiões atingidas pela seca intensa provocada pelo fenômeno *La Niña*, que tem previsão de prosseguir até 2022, requerem atenção especial para a ocorrência de enormes clareiras na Amazônia, especialmente no sul da região, por causa da biodiversidade diretamente ameaçada.

De acordo com a revista *Nature*, em sua avaliação quantitativa detalhada do impacto de queimadas na diversidade de plantas e animais da Amazônia, descobriu-se que, de 2001 a 2019, até 95% de todas as espécies da floresta e 85% daquelas ameaçadas de extinção podem ter sido afetadas a partir da destruição de 103 mil a 190 mil quilômetros quadrados do bioma.

Para chegar às conclusões, houve mapeamento de distribuição da biodiversidade a partir de registros de mais de 14,5 mil plantas e animais vertebrados. Em seguida, estudos integrados cruzaram as informações com dados de satélite sobre incêndios florestais e desmatamento das últimas duas décadas.

Entendeu-se que políticas de manejo florestal promulgadas em meados da década de 2000 ajudaram a desacelerar a taxa de destruição de habitats, porém a execução descuidada dessas medidas foi um dos fatores responsáveis por reverter a tendência. Com a inconstância, há a possibilidade de que sucessivas queimadas causem alterações na composição da biodiversidade, desencadeando consequências devastadoras para todo o ecossistema.

### **1.1.3 Garimpo**

Garimpo é o nome dado a atividade que consiste na exploração, manual ou mecanizada, de substâncias minerais geralmente valiosas, encontradas em solos e subsolos de determinadas regiões. Na Amazônia, a prática é algo comum e, na maioria das vezes, acontece de forma ilegal e não raro dentro de territórios indígenas. Trata-se de atividade exploratória, na medida em que favorece a concentração de riqueza entre megaempresários à custa da destruição de comunidades tradicionais. Atualmente, a prática ensaia ajudar no equilíbrio da balança comercial brasileira, mas de maneira tímida. O que mais se notam são os diversos danos ao meio ambiente.

Pelo fato de a região Norte ter um enorme número de jazidas polimineriais, o garimpo na Amazônia ganhou notória intensidade, atraindo pessoas de todos os cantos do país. A maioria procura por ouro ou diamante. A migração traz implicações sociais preocupantes, devido, devido à baixíssima qualidade de vida de trabalhadores no segmento, que geralmente vivem em pequenos povoados sem infra-estrutura digna e em condições associadas a problemas de saúde, educação e segurança pública. Garimpos, portanto, tendem a desestabilizar a paz e promover a miséria de comunidades ou regiões inteiras, incluindo-se a invasão de áreas restritas, como reservas do Estado e da União.

Pesquisa realizada pela MapBiomas aponta que a área dominial explorada por garimpeiros em terras indígenas cresceu em 425% nos últimos dez anos. Esses trabalhadores ilegais trazem notáveis impactos socioambientais à região por causa do uso de mercúrio no refino do material de escavações, contaminando solos, peixes e águas. Entre as áreas geográficas onde mais se notam registros de garimpagem estão os territórios Kayapó e Munduruku, no Pará, além dos povoados Yanomâmi, no Amazonas e em Roraima.

## **1.2 Água**

### **1.2.1 Água doce**

O Brasil possui a maior reserva de água doce do mundo, tendo como referência o Rio Amazonas, de grande extensão e localizado em imensa bacia hidrográfica do globo. Banha sete países da América Latina. Toda a água doce é oriunda da vazão de nascentes localizadas em diversos países vizinhos, além das chuvas que, quando atingem o solo, escoam pela superfície até alcançar os leitos dos rios ou infiltrarem-se, sendo armazenadas como água subterrânea. Ambas as parcelas, superficial e subterrânea, contribuem para a vazão da bacia amazônica.

O total de disponibilidade de água doce do país equivale a 12% da reserva do planeta e pode ser dividida em 12 regiões hidrográficas dispostas pelo território nacional. Essa água possui inúmeros usos, como consumo direto, a exemplo da produção de alimentos por meio da agricultura e da pecuária.

## ● MEIO AMBIENTE ●

A produção de bens de consumo na indústria e a geração de energia também demandam muita água. Porém, mesmo com tamanha abundância, a disparidade na concentração de água doce por região é uma realidade no país, afinal, enquanto a região amazônica e sua famosa bacia hidrográfica usufruem de uma parcela estimada em torno de 70% do volume, o Nordeste tem apenas 3% do recurso à disposição.

As 12 regiões hidrográficas brasileiras foram estabelecidas pela Divisão Hidrográfica Nacional: Bacia Hidrográfica Amazônica, Bacia Hidrográfica Tocantins-Araguaia, Bacia Hidrográfica São Francisco, Bacia Platina (Bacia do Paraná, do Paraguai e do Uruguai), Bacia Hidrográfica Parnaíba, Bacia Hidrográfica Atlântico Nordeste Oriental, Bacia Hidrográfica Atlântico Nordeste Ocidental, Bacia Hidrográfica Atlântico Leste, Bacia Hidrográfica Atlântico Sudeste e Bacia Hidrográfica Atlântico Sul. Todas são compostas por bacias, grupos de bacias ou sub-bacias hidrográficas próximas. É nesse meio que está concentrado o maior volume de água doce do mundo.

Quem se depara com dados tão positivos, citando imensuráveis volumes de água, não consegue imaginar como um país com tantos recursos consegue passar por problemas hídricos e de geração energética, notabilizados por escassez de água em diversas regiões do país e contas de luz com valor altíssimo. Ademais, a qualidade da água em alguns locais é tão baixa que se torna inutilizável.

Para o coordenador do Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos, Alexandre Lima, no Brasil há uma falsa

## ● MEIO AMBIENTE ●

sensação de abundância no que diz respeito à disponibilidade hídrica, justamente por conta da disparidade de concentração no território. Especialistas lutam todos os anos uma guerra para encontrar soluções para a distribuição e o abastecimento dos reservatórios nacionais, sobretudo em regiões metropolitanas que abrigam milhões de pessoas e demandam consumo muito elevado.

Como abastecer o Nordeste, por exemplo, uma região geograficamente diversa e com amplas dificuldades de água? Este é um problema diferente do que encontramos nas outras regiões, onde o ponto de trabalho é o gerenciamento dos recursos hídricos. A Região Norte é uma das menos afetadas no que diz respeito a desabastecimentos hídricos. Nela, o problema é o que fazer com tanta água, evitando o desperdício e a contaminação dos mananciais.

O abastecimento no Sudeste é crítico, visto que a região concentra 42,2% da população brasileira. Logo, o consumo é elevado. Enquanto a média de uso no país é de 166,20 litros/dia, segundo o governo federal, no Rio de Janeiro, por exemplo, o consumo chega a ser 50% maior que o registrado nacionalmente. Outro Estado do Sudeste que tem alto consumo é São Paulo. Apesar de estar ligado a vários mananciais e a algumas bacias hidrográficas, o problema se direciona não só ao volume, mas também à qualidade da água.

Além da questão incidente da concentração desigual dos recursos hídricos do país, a contaminação das águas se mostra um desafio a ser superado.

## ● MEIO AMBIENTE ●

De acordo com dados de 2019 da Agência Nacional de Águas (ANA), o Brasil possui mais de 83 mil quilômetros de rios sem condições potáveis, sendo os principais atingidos aqueles que cortam as áreas urbanas das grandes metrópoles. O rio Tietê/SP, com cerca de 150 quilômetros de água imprópria para uso, só veio a ter registro de melhora na qualidade quando a população passou a ficar em suas residências durante a pandemia da covid-19, segundo consta no relatório de 2020 da Organização SOS Mata Atlântica.

Os dados do relatório apontaram que houve melhora significativa nas condições da água não só do Tietê, mas em dez dos 130 pontos monitorados do Sudeste, sendo que 73,1% dessas localidades mostraram qualidade regular. Analistas da SOS Mata Atlântica destacaram a tendência positiva na qualidade ambiental de rios e córregos urbanos em 2020, a partir de índices de coleta e tratamento de esgoto. Por fim, é possível sugerir que as mudanças climáticas também causam impacto na qualidade da água, como mostra a SOS Mata Atlântica, que verificou alta na temperatura dos rios, chegando a 30°C ou mais em alguns pontos monitorados, ao passo que a média adequada se enquadraria entre 18°C e 23°C.

### **1.3 Ar**

Para entender a importância do ar na manutenção da vida dos seres vivos, primeiramente é preciso descrever os elementos que o constituem.



### **1.3.1 Ar e poluição**

O ar é componente de funcionamento de usinas eólicas, geradoras de energia limpa e renovável. Benefícios da prática incluem i) redução da dependência de combustíveis fósseis, ii) ocupação de espaço mínimo se comparado a outros tipos de usina, iii) impulsionamento da economia e ofertas de emprego em parques eólicos. Apesar desse tipo de energia não ser totalmente isento de causar impactos socioambientais, são considerados mínimos e controláveis, quando comparados a efeitos de usinas termelétricas, hidrelétricas e nucleares.

Antes de se destacar impactos que a poluição do ar gera à humanidade, é sugestivo entender o que é essa poluição e como acontece. Então, é necessário pensar nisso na forma de um grande esquema, em que vários fatores têm participação no que se denomina poluição atmosférica. Assim, é possível chamar de poluição atmosférica partículas, substâncias ou gases em excesso que estão em camadas superiores do globo. E, diferente de fumaças oriundas de queimadas, geralmente não são tão fáceis de ver a olho nu, porém têm influência na saúde do planeta.

### **1.3.2 Quais poluentes e seus efeitos?**

- **Dióxido de carbono ou gás carbônico**

Ele é resultado da queima de substâncias. Tudo o que queima produz gás carbônico. Até a respiração.

## ● MEIO AMBIENTE ●

Isso nos leva a pensar que existe muito composto na atmosfera, o que é verdade. No entanto, em comparação a outros, que se encontram no ar, como nitrogênio e oxigênio, o dióxido de carbono se encontra em porcentagem menor.

Com a Revolução Industrial, período que marca a mudança nos meios de produção, percebe-se aumento expansivo da emissão de gás carbônico devido a processos de combustão que começam a vir de fábricas, automóveis e trens, entre outros. Desde a década de 1960 a emissão é medida, sendo, na atualidade, um dos maiores causadores do aumento de temperatura do planeta (há um tópico direcionado ao fenômeno mais à frente).

Convém salientar que o termo “aquecimento global” talvez não seja o mais adequado a se usar atualmente, sendo apropriada a forma de referência "mudanças climáticas globais".

- **CO: monóxido de carbono**

O monóxido de carbono é considerado um dos maiores poluentes da atmosfera da Terra. Suas principais fontes de produtores responsáveis de aproximadamente 80% das emissões, são veículos motorizados que usam gasolina ou diesel como combustível e processos industriais que usam compostos de carbono. Essa substância é bem conhecida por sua toxicidade para humanos. Seus efeitos tóxicos agudos, incluindo a morte, foram estudados extensivamente. No entanto, potenciais impactos adversos de longo prazo não são totalmente compreendidos.

Nos últimos anos, animais experimentais e estudos de pesquisa epidemiológica em humanos mostraram relação entre a população cronicamente exposta a níveis médios e baixos de monóxido de carbono no ar respirável e o aparecimento de efeitos adversos na saúde humana, especialmente em órgãos com alto consumo de oxigênio, como o cérebro e o coração. Efeitos cardiovasculares e neuropsicológicos prejudiciais foram documentados na presença de concentrações de monóxido de carbono no ar menos de 25 partes por milhão e em níveis de carboxihemoglobina no sangue abaixo de 10% (TÉLLEZ, RODRÍGUEZ E FAJARDO, 2006).

- **CFCs: clorofluorcarboneto**

Os gases têm aspecto particular. Eles não fazem mal a nós. Porém, afetam a ozonoesfera, mais conhecida como camada de ozônio. Eram usados na tubulação de ar-condicionados e aerossóis, funcionavam bem ao que se propunham. Mas foi percebido que CFCs afetam a molécula de ozônio. Por serem danosos ao processo natural de formação de ozônio, os CFCs são responsáveis pela intensificação do buraco na camada de ozônio.

- **Óxidos de Enxofre e Dióxido de Nitrogênio**

Indústrias, em especial as que trabalham com derivados de petróleo, liberam esses gases na atmosfera. Quando chegam ao nível das nuvens, causam precipitação, o que resulta em chuva, e as gotas entram em contato direto com esses gases, alterando o nível de acidez da água, formando ácido sulfúrico, ácido nítrico, ácido nitroso. Essa chuva causa impactos nas florestas, rios, solos e monumentos. Esse acontecimento é chamado de "chuva ácida".

### **1.3.3 Ar e *fake news*: a relação entre aquecimento global e queimadas na Amazônia**

- Mitos sobre o aquecimento global: “O clima já mudou no passado”:

“O clima está sempre mudando. Tivemos eras glaciais e períodos mais quentes. A idade do gelo ocorreu em um ciclo de 100 mil anos nos últimos 700 mil anos, e houve períodos anteriores que parecem ter sido mais quentes do que o atual, apesar dos níveis de CO<sub>2</sub> serem mais baixos do que são agora. Em muitos desses momentos, os humanos sequer existiam” - afirmação negacionista.

Explicação (Fato): Gases de efeito estufa estiveram envolvidos na maioria das mudanças climáticas do passado terrestre. Quando foram reduzidos, o clima global se tornou mais frio. Quando foram aumentados, o clima global se tornou mais quente. Quando níveis de dióxido de carbono saltaram rapidamente, o aquecimento global foi perturbador e algumas vezes causou extinções em massa. Hoje, seres humanos estão emitindo quantidades altas de gases de efeito estufa e de uma forma mais rápida do que o observado historicamente, ocasionando mudanças climáticas destrutivas ao planeta.

Portanto, é fato que o clima mudou antes dos seres humanos e, na maioria dos casos, os cientistas sabem o porquê (asteróides, terremotos, maremotos, vulcões etc.).

Nesses exemplos, vemos as mesmas associações entre níveis de dióxido de carbono e temperaturas globais. Todavia, no presente, é a ação antropogênica (humana) que promove uma ampla gama de emissões e não desastres naturais.

- “O aquecimento global é causado pelo sol”:

“Nos últimos cem anos, houve um aumento constante do número de manchas solares, na época em que a Terra estava ficando mais quente. Os dados sugerem que a atividade solar está influenciando o clima global fazendo com que o mundo se aqueça”. - afirmação negacionista.

Explicação (Fato): a verdade é que pelo menos nas últimas cinco décadas o Sol tem mostrado uma tendência de estabilidade no que concerne à emissão de “jatos solares”. No entanto, apesar disso, temperaturas globais continuam a aumentar.

- “O aquecimento global pode até ser bom”:

“O aquecimento global será bom para a humanidade. Menos mortes devido ao frio, regiões mais habitáveis, benefícios para agricultura. Isso é bom. O aquecimento ajuda os pobres” - afirmação negacionista.

Explicação (Fato): embora o dióxido de carbono seja essencial para o crescimento das plantas, toda a agricultura depende também do abastecimento constante de água doce, e as mudanças climáticas afetam esse suprimento.

## ● MEIO AMBIENTE ●

Essa afetação se dá por meio da intensificação de enchentes, secas ou incêndios. Tem sido sugerido que regiões gélidas, como a Sibéria/URSS, passarão a ser agricultáveis devido ao aquecimento global, mas a quantidade de luz solar que chega ao solo no verão não mudará porque é governada pela inclinação da terra.

Para regiões tropicais, os processos de desertificação tendem a ser extremamente desafiadores no quesito de sobrevivência humana e produção de alimentos. O aquecimento global tornará mais frequentes as ondas de calor, que são especialmente perigosas para idosos e crianças, ao mesmo tempo em que favorecem a reprodução de mosquitos transmissores de doenças (como malária e leishmaniose).

Enquanto isso, o nível dos oceanos será elevado pelo derretimento de calotas polares, afetando cidades costeiras e ameaçando territórios de países formados por ilhas. O aquecimento também provocará a acidificação de regiões oceânicas, o que ameaça a vida marinha e, por consequência, os estoques pesqueiros.

# Capítulo II

POVOS ORIGINÁRIOS  
E TRADICIONAIS



## POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS

### 2.1 Indígenas

#### 2.1.1 De 3 milhões a 900 mil

Descobrimento ou invasão? Qual o termo ideal para denominar a chegada dos portugueses no território brasileiro? A história do Brasil realmente teve como ponto de partida a chegada de 13 caravelas portuguesas comandadas por Pedro Álvares Cabral? A resposta é simples e clara: Portugal não "descobriu o Brasil". O que houve, a nosso ver, foi uma colonização forçada. Abordar a chegada dos portugueses como uma espécie de descoberta ou conquista é apagar a história de 3 milhões de indígenas, segundo dados da Fundação Nacional do Índio (Funai). Eles já ocupavam desde muito o território nacional.

Portanto, a utilização do termo “descobrimento” tende a desconsiderar a existência de múltiplas sociedades nativas, com práticas e costumes particulares. A vivência dos povos indígenas é ignorada para dar espaço a uma visão estrita, eurocêntrica, que não permite enxergar a história anterior à chegada dos portugueses. Segundo palavras de Ailton Krenak, em *Ideias para adiar o fim do mundo*:

A ideia de que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscurecida, trazendo-a para essa luz incrível. Esse chamado para o seio da civilização sempre foi justificado pela noção de que existe um jeito de estar aqui na Terra, uma certa verdade, ou uma concepção de verdade, que guiou muitas das escolhas feitas em diferentes períodos da história (KRENAK, 2019, p. 21).



## POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS

A percepção eurocêntrica trouxe consequências danosas para diferentes modos de vida indígenas pré-existentes. Europeus impuseram sua religião, seus hábitos, seus costumes, seus rituais, suas crenças e suas maneiras de viver ante os nativos, em uma tentativa de determinar o que era considerado certo e o que deveria ser visto como errado, sempre partindo de pontos de vista brancos, patriarcais e racistas. Indígenas enfrentaram, e ainda enfrentam, diversos problemas causados pela ocupação portuguesa. O resultado foi um genocídio, reduzindo de forma drástica o número de 3 milhões para cerca de 900 mil indígenas, existentes atualmente no Brasil, divididos em 305 povos distintos, o que corresponde a 0,47% da população total do país.

As principais causas das mortes em massa dos povos originários foram doenças trazidas pelos invasores, como varíola, gripe, sarampo, tuberculose etc. Além disso, a entrada violenta em territórios indígenas se deu de forma extremamente armamentista, o que acarretou em conflitos sangrentos, perdas de terras, vidas e liberdades, além do início de uma batalha que se estende até hoje: a luta pelo direito à demarcação de terras ancestrais que lhes foram tomadas, tanto pelos colonizadores, quanto pelo Estado. Ainda que o direito à demarcação, proteção e respeito a bens indígenas seja previsto na Constituição de 1988, a fiscalização é quase inexistente, facilitando invasões por parte dos garimpeiros, grileiros e madeireiros.

A comunicação, no geral, deve ter o compromisso ético de dar aos indígenas poder de fala.

## POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS

Eles enfrentam, há anos, diferentes pressões socioambientais. Dessa forma, é importante que comunicadores deem o devido respeito e tratem a todos da forma que desejam ser tratados. Sobretudo porque diversos trabalhos acadêmicos evidenciam a forma preconceituosa com que veículos midiáticos tratam a eles, o que corrobora para que tais comportamentos se perpetuem na sociedade. Segundo Ailton Krenak, o Brasil permanece incapaz de acolher de maneira justa os povos originários, sem haver uma preocupação social internalizada, com discursos preconceituosos e desrespeitosos.

A desinformação acerca da história dos povos indígenas é propagada não apenas pela sociedade civil, mas também pelos grandes veículos midiáticos, ao se utilizarem de termos erroneamente generalizadores e expressões preconceituosas. O intuito norteador desse tópico abordado, assim sendo, é expor perspectivas aceitáveis de utilização e apresentar, de maneira prática, por meio de exemplos, expressões adequadas para a contextualização jornalística da causa indígena.

### **2.1.2 Língua e violência**

Os povos Indígenas representam as sociedades originárias do Brasil. Porém, mesmo em se tratando dos primeiros habitantes das nossas terras, ainda vemos preconceitos em geral e apagamentos históricos.

## POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS

Durante o processo de colonização, com a difusão do idioma português e o apagamento das línguas indígenas, deu-se uma crônica e continuada ação de invisibilidade contra o poder de fala dos ameríndios. A desinformação acerca da história dos povos indígenas foi propagada não apenas pela sociedade civil, mas também por veículos de comunicação de maneira geral. A partir do problema de expressão pela língua, contornos de violência contra povos indígenas se solidificaram. Hoje, temos uma grave situação instaurada, referente ao corpo e aos afetos. Ou seja, que vai além da comunicação e da expressão. Segundo dados do Atlas da Violência 2021, durante a última década a taxa de homicídios contra indígenas apresentou crescimento de 21,6% em relação a 2009.

A violência contra sociedades originárias não é somente física, mas também intelectual. Segundo dados da Funai, 3 milhões de indígenas falavam idiomas com variações e especificidades únicas, além do nheengatú, a fim de fomentar seus costumes e hábitos a partir de sua cultura comunicacional. Mas hoje, segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), o número de falantes de nheengatu é de 6 mil pessoas no Brasil e 2 mil na Venezuela (MOSELEY, 2010).

Os números do país vizinho são baseados no *Manual de Lenguas Indígenas de Venezuela* (MOSONYI e MOSONYI, 2000), enquanto os dados do Brasil são indicados por ONGs e setores independentes da sociedade civil. O apagamento demonstra que a violência contra povos indígenas não é um fenômeno exclusivo da modernidade, mas sim algo recorrente.

## POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS

### Marco temporal

Muitas controvérsias se apresentam quando o jornalismo lida com a questão do marco temporal, o qual se trata de uma tese jurídica proponente de alteração política na demarcação de terras indígenas no Brasil. Esse discurso persiste há mais de uma década. No entanto, somente ganhou a mídia nos últimos anos.

A ideia do marco temporal defende que povos indígenas só possam o direito a reivindicar determinado território caso eles já o ocupassem em 5 de outubro de 1988, dia em que a Constituição Federal Brasileira foi promulgada. Ou seja, claramente se impõe uma data para pontuar normativamente o direito ancestral das sociedades ameríndias.

Assim, se determinado povo indígena não estivesse na terra que disputa na data mencionada, seria necessária uma comprovação na Justiça de que havia uma disputa judicial ou um conflito em andamento no momento da promulgação da Constituição.

Entende-se, assim, que o marco temporal é parte de uma estratégia de ruralistas e mega-agricultores para barrar o avanço das demarcações de terras indígenas (doravante TI) no Brasil — o que ganhou grande repercussão no país quando passou a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

## POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS

Além disso, a reverberação se deu em face à grande reação de indígenas brasileiros contra a proposta, que mobilizou milhares de pessoas para acampamentos e passeatas em Brasília. Os protestos consideraram ainda o fato de a demarcação de TIs no Brasil se encontrar estagnada, estimando-se que centenas de homologações estão paradas na Justiça.

Os povos indígenas vivem, assim, em uma constante luta por espaço e, ainda, como agravante, a estipulação de um marco temporal para legalizar ou não o direito sobre determinada terra ignora todo um passado de violência e opressão, além de dificultar a demarcação de TIs e fazer com que ocorra o início de novas disputas, inclusive em terras que já haviam sido pacificadas previamente.

De tal modo, conflitos sobre o marco temporal abrem brechas para que terras indígenas possam vir a ser invadidas e novas causas poderão ser iniciadas na Justiça, com o objetivo de expulsar povos originários de determinados locais.

### **2.2 Mercado de trabalho e educação**

Ao comentar sobre o mercado de trabalho envolvendo povos indígenas com ensino superior, ressalta-se um aumento considerável no ano de 2019 em relação a 2018, de acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

## POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS

Ao todo, foram contratados 3.094 profissionais em 2019. O número aumentou em relação aos 2.092 indígenas empregados formalmente em 2018, sendo a área de enfermagem uma das que mais registraram contratações. Os estudos mostraram que, depois da enfermagem, com 215 novos empregados, estão as áreas da docência e do magistério. Professores de ensino superior, profissional e de ensinos regulares, com 84 admissões na área de prática de ensino e 82 na área de didática, foram também requisitados. Foram contratados ainda 71 analistas de desenvolvimento de sistema, 69 administradores e 56 farmacêuticos, entre outras ocupações. A média salarial verificada foi de R\$ 3.409,28.

No entanto, indígenas foram os mais afetados pelos impactos da pandemia da covid-19 no mercado de trabalho, de acordo com estudos do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV/Social). A pesquisa usa dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), relativos ao segundo trimestre do ano de 2020, em comparação com o primeiro trimestre do mesmo ano. Indígenas, de todas as etnias, são os que mais perderam empregos. Sua renda caiu 28,6% no comparativo ano/ano. O desemprego aumentou para esses povos em níveis elevados, bem mais que em outros grupos sociais, sendo que a participação no mercado de trabalho caiu, contrastando com a alta na jornada de trabalho. Em suma, cabe destacar que o número de contratações de indígenas ainda é pequeno no Brasil. São profissionais que passam por desafios e dificuldades para conseguir uma melhor formação.

## POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS

Em 2018, de acordo com o Censo da Educação Superior no Brasil, havia 57.706 indígenas matriculados em todo o país, o que representava 0,7% do total de 8,4 milhões de estudantes. Há obstáculos, por exemplo, para se fazer cursos em uma cidade onde não há residência e apoio financeiro. A questão perpassa pelo fato de que, nas universidades federais, os indígenas têm reservas de vagas devido à Lei de Cotas N° 12.711/2012. Desde 2016, 50% das vagas nessas instituições são reservadas a estudantes de escolas públicas.

A lei também determina a reserva de vagas para pretos, pardos e indígenas, segundo o percentual quantitativo dessas populações nas unidades federativas. Apesar de não estarem submetidas a essa lei, instituições privadas detêm a maior parte das matrículas do ensino superior, podendo assim promover ações para a formação desses estudantes, visando o apoio e a inclusão.

Os povos indígenas poderiam ter cada vez mais possibilidades de inclusão social. Entretanto, boa parte da própria sociedade os aparta, criando-se entraves que dificultam a integração. Supostamente, é como se eles devessem continuar realizando unicamente atividades de pescaria, artesanato e caça, dignas por si só, mas vistas como “menores” aos olhos do capitalismo, sem poder mesclar suas tradições socioculturais com a modernidade tecnológica. Dessa maneira, é necessário enxergar e promover a grandeza de aptidões que as sociedades originárias possuem para atuar nas áreas que escolherem.

## 2.3 Quilombolas

### 2.3.1 Liberdade e resistência

Para compreendermos e bem descrevermos a identidade quilombola, precisamos compreender o que é um quilombo. Quilombo, originalmente *Kilombo*, é um conceito de territorialidade originário dos povos com línguas Bantu, que se refere a uma construção similar a um acampamento. Esse tipo de moradia era formado em divergentes cenários, destacados desde a busca por novos territórios até a separação de grupos e conflitos.

A emergência de quilombos no Brasil surge como um sintoma da escravidão, quando diversos povos de matriz africana foram sequestrados e trazidos ao país em navios de condição precária, para viver uma vida de abusos e fome em nome de uma terra que beneficiava seu colonizador. Sem perspectivas de voltarem para seus territórios de origem, integrantes desses povos tentavam fugir das situações impostas por “senhores escravistas”.

Com seus conhecimentos na construção de *Kilombos*, eles se refugiavam e abrigavam outros refugiados, além de indígenas, que, em diferentes modos, eram igualmente marginalizados. Juntos, nessas comunidades solidárias, organizavam-se politicamente, socialmente e economicamente, visando o pleno funcionamento. No presente, integrantes dessas comunidades ainda carregam consigo a resistência e a luta pelo direito à terra.



## POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS

Segundo informações disponíveis no site da Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPISP), hoje há 3.475 comunidades quilombolas no Brasil. Porém, segundo a Agência Brasil, menos de 7% das áreas quilombolas foram tituladas no país, deixando essas comunidades vulneráveis a conflitos pela terra e à dificuldade de acesso a serviços básicos.

Regiões onde estão localizados quilombos dão, a cada um deles, características próprias, sem perder o que é importante e comum a todos: o significado do ser quilombola. Sendo assim, falar de quilombos é falar de conhecimentos, ciências e saberes neles e com eles existentes. Portanto, a resistência vai desde a necessidade de afirmação cotidiana, até a contraposição a um conjunto de fatores que operam em suas vidas, em lutas fundamentais para a manutenção de suas ancestralidades.

De acordo com o Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (Incra), via Decreto N° 4.887, de 20 de novembro de 2003, é regulamentado o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação de terras ocupadas por remanescentes de quilombos, segundo o que trata o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Consideram-se remanescentes de quilombos, para fins do decreto, grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

## POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS

Em 12 de março de 2004, o governo federal lançou o Programa Brasil Quilombola (PBQ) como uma política de Estado para as áreas remanescentes de quilombos. O PBQ abrange um conjunto de ações inseridas nos diversos órgãos governamentais, com suas respectivas previsões de recursos, bem como as responsabilidades de cada órgão e prazos de execução. Dessas ações, a política de regularização é atribuição do Incra.

### **2.4 Ribeirinhos**

#### **2.4.1 Introdução à comunidade tradicional**

A manutenção das riquezas naturais não se dá apenas pelo reconhecimento da biodiversidade existente em uma região, mas também da cultura de povos que usufruem dos recursos naturais oferecidos por esse mesmo espaço. Um dos agrupamentos que apresentam essas características é o dos ribeirinhos, que, por sua vez, determinam o espaço onde vivem a partir de um estilo de vida demograficamente localizado, próximo a regiões aquíferas, onde se sustentam e sanam suas necessidades. Desse modo, ribeirinhos são oriundos de margens de rios, igarapés, igapós, lagos da floresta etc. O grupo absorve a variação sazonal das águas como característica na constituição de seu cotidiano.

Nos tempos atuais, ribeirinhos têm mostrado cada vez mais ligação com o meio urbano e seus engendramentos. Até mesmo sua alimentação está passando por mudanças, ao adquirirem produtos industrializados. Todavia, o bom e velho processo da gastronomia proveniente da natureza nunca deixa de existir em terras ribeirinhas.

## POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS

De acordo com Straatmann e Almeida (2021), “a história milenar desses povos é um soluço de protagonismo e valorização diante do racismo e do apetite brutal dos que querem menos floresta”. É bem certo que a origem desses povos na Amazônia se deu em meados século XIX, quando pessoas abandonaram diferentes regiões do Brasil (processo conhecido como emigração) e vieram para a Amazônia, na busca por empregos oferecidos nas empresas que atuavam no ciclo da extração do látex das árvores de seringueiras.

Na década de 1950, com a crise da borracha, como ficou conhecida a queda do mercado brasileiro do látex, seringueiros, categoria referente àqueles que se dedicavam à extração do material, ficaram sem alternativa de trabalho. A ausência de políticas públicas que tratassem da desmobilização desse contingente de trabalhadores fez com que se espalhassem ao longo da Amazônia, a exemplo do Rio Negro e Rio Amazonas, onde construíram suas moradias.

Por residirem em ambientes onde a força da natureza se faz presente, ribeirinhos aprenderam a viver em meios repletos de limitações e desafios. A relação deles com as mudanças naturais fez com que se adaptassem, buscando outras soluções para a subsistência, como caça, pesca, cultivo e coleta em modos autônomos. Suas moradias são construídas utilizando-se a madeira como principal matéria-prima. Próximas a margens de rios, são edificadas alguns metros acima de beiradões para evitar que sejam invadidas pelas águas durante as enchentes. Possuem como tecnologia o uso de tábuas para elevar o piso nos períodos de cheia.

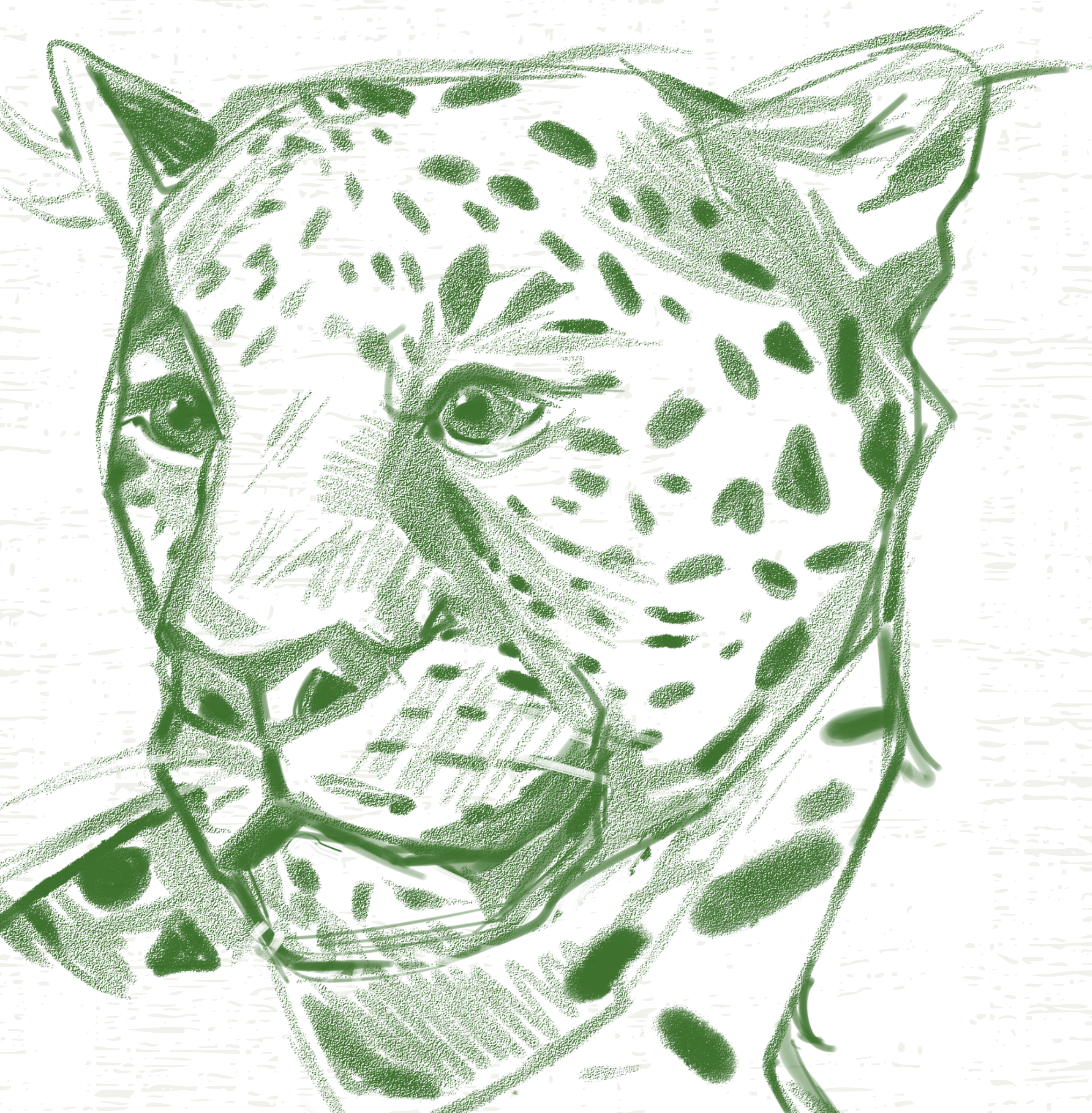
## POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS

Em 1988, com a promulgação da Constituição, houve reconhecimento oficial a indígenas e quilombolas. A partir de 2007, esse reconhecimento foi ampliado, também, a outras populações tradicionais, entre elas as ribeirinhas. O Decreto Presidencial N° 6.040/2007 admitiu a existência formal desses povos com estilos de vida tradicionais, instituindo a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). Contudo, apesar do reconhecimento institucional, na prática as políticas públicas são precárias. Essas populações ainda enfrentam problemas de invasão de grileiros, madeireiros e garimpeiros, além de construções irregulares de hidrelétricas, que impactam negativamente suas vidas.

Além disso, há dificuldades impostas por um sistema econômico que não valoriza e nem reconhece o potencial que o conhecimento tradicional de ribeirinhos tem para a preservação e a conservação de florestas e rios amazônicos. O que acontece, então, é o baixo investimento em oportunidades de trabalho que aliam produtividade comercial à subsistência e vida sustentável.

# Capítulo III

EXPRESSIVIDADES E  
CASOS DE *FAKE NEWS*



## EXPRESSIVIDADES E CASOS DE *FAKE NEWS*

A internet ocupa espaços importantes na democratização do acesso a formas plurais e éticas de expressão, sobretudo aquelas ligadas a questões socioambientais e temáticas indígenas. Possibilita, ainda que a curtos passos, a construção de uma sociedade mais diversa, principalmente em relação a povos originários, seus costumes e representatividades, a partir de uma matriz de respeito. É possível observar um crescente interesse por essa temática na perspectiva de uma abordagem mais voltada para a importância desses povos na história do Brasil, antes da chegada dos portugueses, e, portanto, da formação da sociedade.

O movimento de desconstrução de termos, muitas vezes pejorativos e preconceituosos, utilizados há muito tempo, tem ganhado mais força e reconhecimento em uma estrutura social que ainda não é inclusiva, justamente para potencializar esses direitos e aclarar a importância dessas sociedades.

O preconceito em relação aos povos indígenas deu origem a um racismo estrutural, no qual se naturalizaram falas e expressões que não condizem com a realidade desses povos, que participa(ram) do processo de formação e organização sociocultural brasileira. Dizer, por exemplo, que povos indígenas não possuem cultura e não podem se modernizar, é filiar-se a uma posição ideológica fundamentada em um discurso etnocêntrico e questionável. Além de ser um pensamento errôneo, é também discriminatório, afinal, essa visão etnocêntrica deu origem a várias expressões que ouvimos a vida inteira. Mas, nem tudo que se escuta deve ser replicado, se pensarmos em uma abordagem mais justa, inclusiva e humanizada. Investir em uma educação antirracista e decolonial, de modo a coibir todo tipo de preconceito, é compromisso.

## ● EXPRESSIVIDADES E ● CASOS DE *FAKE NEWS*

Expressões usadas para se referir a povos indígenas, na maioria das vezes, são negativas, relacionadas à raça e cultura, em cujo pensamento subjaz o etnocentrismo já mencionado. No capítulo, propomos reflexão sobre discursos que circulam na mídia em referência aos povos originários e sua cultura.

Destaque inicial se direciona ao histórico de práticas midiáticas que afetam negativamente indígenas, que desde a invasão européia do Brasil, em 1500, desencadeou um genocídio em massa. A partir do suposto, o século XX foi marcado por uma globalização industrial com intuito de lucro imediato, sem pensar em proteger o meio ambiente, muito menos as sociedades nativas das terras baixas da América do Sul.

Além de uma degradação veloz, que aconteceu em todo o mundo, gerada por desenvolvimento caótico político, econômico e industrial, o que antes era uma biodiversidade intacta passou a ser um grande desafio de sobrevivência para os povos indígenas, afetados diretamente. Esse processo, já no século XIX, deu início à era de plantio e agropecuária nas regiões Norte, Centro Oeste, Sul e Sudeste, impactando comunidades indígenas cujos territórios passaram a ser explorados de maneira ostensiva. Espaços foram invadidos, resultando em mortes e no êxodo dos que conseguiram sobreviver.

O (re)povoamento foi realizado sem nenhum controle ambiental, em conflito com a construção de hidrelétricas e rodovias, além do incremento da agropecuária. O desmatamento foi uma das consequências dessas ações, cujo planejamento não envolveu as populações afetadas.

## EXPRESSIVIDADES E CASOS DE *FAKE NEWS*

Apesar de ser o grupo inicialmente mais impactado pela exploração desenfreada, não são apenas indígenas que sofrem com a degradação ambiental e cultural. A construção de rodovias que cortam aldeias ocasionou perigos e imprudências, culminando em violências variadas, físicas e psíquicas, além da proliferação de doenças transmitidas por brancos.

Com a chegada do regime militar, intensificaram-se ainda mais as invasões por fazendeiros, os quais passaram a povoar aldeias com o intuito de massificar a agropecuária, que, por muitos anos, apresentou-se como prática sustentável.

Terras indígenas eram massacradas pouco a pouco, a partir de extrativismo, pecuária e agricultura. As atividades consorciadas de desmatamento começaram a crescer nos anos 1970 e 1980, sendo o comércio de madeira a mais importante. No entanto, ao longo do tempo, os setores foram se expandindo e a dominação desse mercado atualmente encontra-se na criação de gado e na produção de grãos.

Seria possível um cultivo que não prejudicasse o meio ambiente e uma criação agropecuária justa, com recursos e técnicas que, ao contrário dos instrumentos empregados hoje, respeitassem características básicas de áreas e fomentassem a diversidade. Se assim fosse, comunidades indígenas desenvolveriam melhores habilidades e intimidades com a Amazônia.



## EXPRESSIVIDADES E CASOS DE *FAKE NEWS*

A preservação é a condição fundamental para a reprodução da vida no planeta. A terra, para esses povos, é o principal meio de sobrevivência. É a sua visão de mundo. Com o desmatamento da floresta, perde-se a vida, a cultura e sua singularidade.

O Brasil adotou uma política ambiental que vai de encontro aos interesses de povos originários e tradicionais, prejudicando mais uma vez direitos históricos, sob o argumento de que é inconcebível que uma unidade de conservação (improdutiva) possa proteger, além da diversidade biológica, a diversidade cultural. Destarte, o socioambientalismo tem se mostrado extremamente relevante, dado que pode ser caracterizado como uma evolução do pensamento ambientalista.

Hoje, faz parte de um dos ramos da Ciência Jurídica, o Direito Socioambiental, sendo construído com base na ideia de que políticas públicas para o meio ambiente devem incluir comunidades tradicionais, detentoras de manejo e práticas ambientais, valorizando e promovendo a diversidade cultural, visando à eficácia social e à sustentabilidade política, que devem ser inclusivas.

Convém salientar que as populações indígenas não sofreram apenas na época da colonização europeia. Elas sofrem até hoje, porém diante de outras problemáticas, como a falta de ambientes para desenvolverem seus modos de vida e a escassez de incentivos para a manutenção em seus territórios ancestrais.

## EXPRESSIVIDADES E CASOS DE *FAKE NEWS*

Com a Constituição Federal de 1988, o indígena conquistou o direito de ser indígena. Em seguida, foram criados instrumentos internacionais que colaboraram com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que reconheceu seu direito a se desenvolver a partir de conhecimentos culturais e tradicionais. O etnodesenvolvimento é a chave para mudar positivamente a realidade desses povos, pois é a forma de defender o ponto de permanência do indígena no meio ambiente para sua autossustentabilidade, assim como a proteção da biodiversidade.

Resgatar esse direito das sociedades originárias é, de certa maneira, reaver os nossos próprios direitos, afinal a luta em defesa da floresta é de todos. Nessa perspectiva, buscar informações para além das oficiais, ouvir as demandas e tentar entender de forma mais complexa as questões pertinentes é necessário e estratégico para que esses povos tenham sua vida e seu histórico assegurados, assim como a liberdade perdida ao longo dos tempos.

“Índio” é um termo que sempre foi usado para denominar os nossos ancestrais ameríndios, mas que, no Brasil, acabou se tornando genérico, como se não houvesse particularidades e diferenças importantes entre etnias. É, em grande medida, um termo pejorativo. Outro exemplo de discurso excludente é o da referência ao “Dia do Índio”, discurso adotado, inclusive, em muitas escolas, que incentivam crianças a se caracterizarem como “índios”, usando cocar e pintando o rosto, como se a condição se resumisse a isso. Mais adequada é a alusão respeitando as diferenças entre as etnias, evitando, portanto, o termo genérico e suas alegorias.

## EXPRESSIVIDADES E CASOS DE FAKE NEWS

Para Carlysson Sena, jornalista e especialista em Marketing com atuação no mercado das artes visuais e comunicação, uma alternativa é o termo "civilizações":

"Eu usaria o termo civilizações, civilizações indígenas, civilização indígena Tucano [por exemplo]. Eu gosto muito desse termo porque está atrelado a nós, a uma sociedade como a nossa, plural", destaca ele.

"As culturas que conseguiram resistir, como as inúmeras etnias amazônicas, têm que ser reconhecidas dentro do mundo em que nós estamos hoje, e não como algo antigo, do passado, atrasado etc.", salienta Sena.

No campo das artes visuais, há uma questão muito controversa em relação ao termo "arte indígena" [...] Eu defendo o termo "arte amazônica" porque, se essencialmente 90% da nossa raiz amazônica está calcada nos indígenas, é óbvio que nossa arte é fundamentalmente indígena. Então, esse termo, "arte indígena", acaba separando as pessoas e criando guetos que não fortalecem a arte (SENA, Carlysson, 2021, entrevista).

Partindo desse enfoque, a nosso ver cremos ser importante que a comunicação social esteja atenta a essas questões observadas até aqui e, principalmente, que o discurso seja inclusivo: para os indígenas e também do ponto de vista do interlocutor, de maneira respeitosa. Trouxemos o exemplo para chamar atenção à problemática das narrativas e do que se pode abranger a partir do não-dito, ou seja, daquilo que fica submerso, latente, mas continua sendo discriminador.

### **3.1 A, B, C...**

Uma maneira de se comunicar de forma consciente e inclusiva é fazer uma autoavaliação. Reconhecer-se. Eu sou um homem branco? Indígena? A que espaço eu pertencço e me reconheço? A importância dessa reflexão vem do entendimento que os povos indígenas, desde a invasão do Brasil pelos portugueses, foram colocados em um lugar de invisibilidade e tiveram seus espaços físicos, sociais e culturais assolados.

Ainda hoje são comuns as referências aos indígenas como "selvagens", no sentido de "incivilizados" e portanto "não dignos" de ocuparem determinados lugares sociais, inclusive de se integrarem a espaços "urbanos" de grandes cidades; ou como "irracionais", por seus costumes, características, vivências e tradições, além de estereótipos excludentes.

Outro aspecto a ser considerado é a comunicação em si, as escolhas (possíveis) de linguagem. A forma de que se fala. Como o "eu", a partir de sua identificação étnica-cultural-racial, pode ocupar um lugar no discurso sobre as práticas, a fim de estabelecer ideias que ofereçam com vieses propositivos, inclusivos, humanitários. Esses cuidados são importantes para uma nova forma de comunicar a temática indígena, a partir de escuta objetiva e aberta dos anseios e das percepções desses povos.

#### **3.1.1 Ancestralidades e cultura indígena**

No que diz respeito ao apagamento cultural, há o exemplo dos grafismo. Símbolos da arte, cultura e resistência, muitas vezes reduzidos a uma figura material qualquer, sem a devida importância.

## EXPRESSIVIDADES E CASOS DE *FAKE NEWS*

A cultura indígena não é folclórica e muito menos “sambalística”. Cada povo possui seu costume e tradição. Suas religiosidades, cosmologias e mitologias, geralmente relacionadas à ancestralidade e a universos humanos e não-humanos. Tampouco é um programa do governo. Não se aplica a prêmios, eventos, lançamentos etc. Está ligada à realidade das etnias e seus cotidianos. Portanto, não existe "manutenção da cultura indígena".

A cultura indígena baseia-se em uma vida complexa, seja a partir de religiosidades, cosmologias, parentescos, gastronomia, pesca, caça, rituais, artes e medicina. São categorias que, entre si, formam ligações trans-humanas, fundamentando a não limitação dos povos originários a uma relação utilitarista ante recursos naturais oferecidos pela biodiversidade.

Também se faz importante citar que a denominação "índios" veio de portugueses que invadiram territórios, destruíram aldeias e escravizaram inúmeras comunidades. Colonizadores desejavam aportar nas Índias, mas chegaram primeiramente às terras dominadas pelos tupiniquins. Então, como forma de subjugar os povos que aqui habitavam, deram-lhes o nome de índios e este se perpetuou. Hoje a expressão mais utilizada, para fugir da forma pejorativa, é o termo “indígena”. Quem se dedica à causa indígena, por exemplo, é indigenista.

Por hora, em suma, cabe destacar que, apesar de grandes dificuldades, recorrentes e contingenciais, indígenas seguem fortalecendo seus saberes como podem, resistindo na tarefa hercúlea de proteger os cada vez menores fragmentos de florestas naturais, a biodiversidade, o estoque de carbono e as riquezas que o planeta ainda possui.

## EXPRESSIVIDADES E CASOS DE *FAKE NEWS*

Muitas das coisas que a ciência descreveu sobre a dinâmica da floresta, os povos nativos já dominam há séculos. Portanto, é de alta importância que haja incentivos comunicacionais para a boa transmissão de informações sobre os povos originários.

### **3.2 Fake news**

*Fake news* é um termo de língua inglesa utilizado para se tratar de notícias falsas divulgadas em redes de comunicação, principalmente nas mídias sociais, em que uma ou mais pessoas se utilizam de boatos, rumores, contrainformação e desinformação, manipuladas total ou parcialmente, dentro de contexto de disputa de poder, apelando para o emocional do leitor/espectador. Dados são divulgados, em muitos casos, com o objetivo de validar um ponto de vista ou afetar uma pessoa ou um grupo (geralmente pessoas públicas).

A expressão ganhou notoriedade nas eleições presidenciais nos Estados Unidos de 2016, quando informações e notícias falsas foram divulgadas sobre a candidata Hillary Clinton. No Brasil, o termo se popularizou nas eleições de 2018, que culminou na vitória de Jair Bolsonaro. A produção e veiculação de *fake news* constituem-se em um verdadeiro mercado. O universo é movimentado por pessoas de grande influência, geralmente políticos em campanha eleitoral, que contratam equipes especializadas nesse tipo de conteúdo. Essas equipes podem ser compostas por profissionais da área de comunicação, ex-jornalistas, publicitários, profissionais de marketing, profissionais da área de tecnologia etc.

## EXPRESSIVIDADES E CASOS DE *FAKE NEWS*

*Fake news* entraram no radar do meio científico quando afirmações como a do formato e do movimento geocêntrico dos planetas (do tipo terra plana), ou a da criação de espécies biológicas imutáveis, refutadas por séculos de estudos e fundamentos, voltaram a circular na web como negacionismo. O fato é que essas informações falsas visam o descrédito da ciência e também de jornalistas junto à população. A rápida propagação das *fake news* gera desestruturação informacional de checagem e revisões, agindo na essência da comunicação de massa.

No momento da pandemia em 2020, *fake news* em relação ao conhecimento científico se propagaram, em meio a incertezas e poucas fontes de informações, que não chegavam na mesma velocidade. Por exemplo: uma notícia veiculada pela principal rede de troca de mensagens no Brasil, o *whatsapp*, dizia que vacinas contra a covid-19 poderiam inserir um microchip no corpo da pessoa imunizada.

Segundo pesquisas e análises de *fact-checking*, essa pseudo-teoria surgiu quando Bill Gates, presidente não-executivo da Microsoft, respondia perguntas em uma plataforma digital e, em uma das respostas, ele comentou que, um dia, todos teríamos uma espécie de prontuário digital, como um cartão de vacinas eletrônico, em que as pessoas poderão informar seu histórico de saúde, por exemplo, ao viajar ou ser contratado por uma nova empresa. Um tabloide sueco sobre biohacking, que defende microchips implantáveis em humanos, viu o comentário de Gates e distorceu as informações para criar factoides em cima da resposta do empresário.

## EXPRESSIVIDADES E CASOS DE *FAKE NEWS*

Notícias falsas, como o exemplo anteriormente citado, trazem sérios impactos à vida de cidadãos. Segundo pesquisa feita pela CNN Brasil, um documento enviado pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) à Procuradoria da República revelou que devido a todas as *fake news* publicadas, principalmente sobre as vacinas, 70% dos indígenas do Tapajós estavam se negando a ser vacinados contra a covid-19. Segundo a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, perto de 1.050 indígenas morreram de covid-19 no Brasil até a primeira semana de dezembro de 2021.

Com o processo de globalização, a disseminação de informações falsas se tornou cada vez fácil. Redes sociais são os principais meios de compartilhamento de *fake news*. Segundo dados divulgados pelo jornal Monitor Mercantil, estima-se que, atualmente, existem mais de 150 milhões de usuários de redes sociais no Brasil, o que chega a um percentual de pouco mais de 70% da população.

Quanto mais imersa a população se encontra no universo das redes sociais, mais propícia se torna à utilização desse meio para fins autodidáticos e informacionais. Um dos perigos dessa prática é justamente o que a torna utilizável: a facilidade de compartilhamento. A propagação de informação instantânea, para além do viés de democratização de conhecimento, possui um baixo nível de confiabilidade, tendo em vista que qualquer indivíduo com acesso a um dispositivo móvel e rede wi-fi pode utilizar-se de um perfil para compartilhar informações variadas, incluindo as falsas.



## EXPRESSIVIDADES E CASOS DE *FAKE NEWS*

Em 2014, episódio ilustrativo do efeito de uma *fake news* mostrou o impacto da falseabilidade que ocorreu em Guarujá, interior de São Paulo. Na ocasião, iniciou-se em uma rede social o compartilhamento de informações afirmando que uma mulher estaria sequestrando crianças e tirando suas vidas para a prática de rituais religiosos. Além de uma história elaborada com requintes macabros, circulava também o retrato falado da suposta mulher. Fabiane Maria de Jesus, uma dona de casa que morava na região, foi "confundida" com a sequestradora e linchada por dezenas de moradores. A história pode ser acompanhada na íntegra no podcast "Café com Crime". Por meio desse caso, é possível compreender que uma notícia falsa compartilhada pode gerar consequências graves.

No cenário de 2020 e 2021, em que o país, juntamente com o resto do mundo, enfrentou a pandemia causada pela covid-19, casos de *fake news* acerca da doença cresceram exponencialmente. Segundo o portal G1, adquiridos por uma pesquisa realizada pela produção de jornalismo do Fantástico, 70% dos brasileiros (7 em cada 10 pessoas) com acesso à internet já receberam conteúdo falso sobre a doença. O compartilhamento de notícias inverídicas envolvendo o coronavírus gerou à população um clima de desconfiança, a ponto de forjar incertezas quanto a procedimentos e medidas necessárias à prevenção e tratamento da doença, o que consequentemente ocasionou em alta nos índices de propagação do vírus no Brasil.

Na tentativa de criminalizar o uso da desinformação no país, em maio de 2020 foi apresentada ao Senado brasileiro a "Lei das *Fake News*" (PL 2.630/2020).

## EXPRESSIVIDADES E CASOS DE *FAKE NEWS*

Pela lei, ficou prevista a aplicação de um programa de boas práticas a partir de medidas adequadas e proporcionais para o combate ao comportamento inautêntico, tendo em vista a transparência sobre conteúdos pagos. Em seu artigo terceiro, a lei garante a proteção de princípios como:

- I - A liberdade de expressão e de imprensa;
- II - A garantia dos direitos de personalidade, dignidade, honra e privacidade;
- III - O respeito à formação de preferências políticas e de uma visão de mundo pessoal do usuário;
- IV - O compartilhamento da responsabilidade de preservação de uma esfera pública livre, plural, diversa e democrática;

Na lei, está prevista a clarificação da identidade do perfil que está compartilhando a notícia. Tal iniciativa foi motivo de debates ao redor do país. Apesar de existirem argumentos dando conta de que a lei interfere em noções de "liberdade de expressão", é necessário ter em mente que a propagação de uma notícia com teor informativo acerca de determinado assunto é um ato de responsabilidade e deve ser efetuada por aqueles que possuem formação, com base em apuração, estudo e senso crítico.

Em nenhum momento, a lei impede um indivíduo de possuir uma opinião. Apesar de ser um grande passo para o controle da difusão de *fake news*, no dia a dia existem algumas medidas que podem ser tomadas para evitar a propagação e conseqüentemente o engano a respeito de determinado assunto.

## EXPRESSIVIDADES E CASOS DE *FAKE NEWS*

O diretório acadêmico de gestão da informação da Universidade Federal do Pernambuco (UFPE) divulgou em seu site estudos que apresentam informações de como identificar uma *fake news*. Entre as dicas estão:

- I - Avaliar a fonte, o site e o autor do conteúdo;
- II - Avaliar a estrutura do texto;
- III - Prestar atenção na data da publicação;
- IV - Ler mais que só o título e o subtítulo;
- V - Pesquisar em outros sites de conteúdo;
- VI - Só compartilhar após checar se a informação é correta;

Além das dicas que podem ser seguidas de maneira autodidata, o site também divulgou o nome de algumas ferramentas online disponíveis, que podem auxiliar o usuário no momento de verificação da veracidade de uma notícia. Por meio da educação digital, da conscientização da população e da aplicação de medidas cabíveis para evitar o compartilhamento de notícias falsas, o uso da internet para fins de informação poderá ser mais seguro.

### **3.3 Notícias falsas ao longo da história e a era da pós-verdade**

Criar e disseminar notícias falsas (*fake news*), ao contrário do que muitos pensam, são práticas nocivas bem antigas e que estiveram presentes em grandes momentos da história mundial. Por exemplo, por meio de boatos para alterar o resultado de eleições, justificar golpes de Estado, derrubar reputações públicas ou efetivar manutenções de grandes poderes já foram realizadas.

## EXPRESSIVIDADES E CASOS DE *FAKE NEWS*

No cenário moderno e contemporâneo, as *fake news* ganharam cada vez mais força devido à evolução e agilidade dos fluxos de informações, propagando-se nos mais diversos meios de comunicação até chegarem às redes sociais, onde alcançam proporções absurdas e influenciam diretamente nas relações interpessoais, no consumo de produtos e serviços e na imagem de indivíduos e instituições, além de serem utilizadas como instrumento de disputas políticas.

De acordo com o maior estudo já feito sobre a disseminação de notícias falsas na internet, realizado pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), as *fake news* se espalham 70% mais rápido e de forma mais abrangente do que as notícias verdadeiras e, assim, atingem mais pessoas. Em média, cada postagem verdadeira alcança mil pessoas, enquanto as postagens falsas atingem de mil a 100 mil pessoas.

A popularização das crenças falsas e a facilidade para fazer com que boatos moldem a opinião pública, apelando para a emoção, é chamada de pós-verdade. Alguns eventos mundiais ajudaram na disseminação dessas crenças e boatos, como a eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos.

### **3.3.1 “Descoberta” do Brasil: uma antiga *fake news* contada em solo nacional**

Comumente, é ensinado nas escolas que a chegada de Pedro Álvares Cabral, em 1500, é o marco do "descobrimento do Brasil". Mas não é bem assim.

## EXPRESSIVIDADES E CASOS DE *FAKE NEWS*

Sabe-se que as terras brasileiras já eram habitadas por seus povos nativos, os indígenas, bem antes de Cabral. O acontecimento foi uma invasão. O que hoje é chamado de Brasil, naquela época já era habitado por cerca de 3 milhões de nativos. Reforçar a ideia de que o país começou em 1500 é a ilustração do descaso que muitos brasileiros têm pela própria história.

Ainda no que se refere à chegada dos portugueses, acredita-se existir uma série de outras notícias falsas, como a de que as embarcações de Pedro Álvares Cabral teriam aportado nas terras brasileiras por acaso, e a de que o navegador foi o primeiro europeu a pisar em nosso solo. Foi comprovado por historiadores que um navegador chamado Duarte Pacheco Pereira esteve, dois anos antes de Cabral, nos Estados que hoje são conhecidos como Pará e Maranhão. Há também registros de que, meses antes da invasão de abril de 1500, o espanhol Vicente Yáñez Pinzón esteve no litoral do Pernambuco, em janeiro de 1500.

### **3.4 Fake news durante campanhas políticas**

Não só no Brasil, mas no mundo, notícias falsas estão presentes no meio político, seja como argumentação para defesa ou acusação em espaços virtuais, ou ainda como prática realizada pelos próprios candidatos, a fim de conquistar e perpetuar seu poder. Sendo assim, *fake news* geralmente circulam com o intuito de atacar a vida pessoal de adversários, criar teorias da conspiração e falsear dados públicos. O caso do golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, em 2016, é um bom exemplo.

## EXPRESSIVIDADES E CASOS DE *FAKE NEWS*

Na semana do golpe contra a presidenta, três das cinco reportagens mais compartilhadas na rede social *facebook* eram falsas, com base nos levantamentos do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Acesso à Informação da USP. São as seguintes:

- “Polícia Federal quer saber os motivos para Dilma doar R\$ 30 bilhões à Friboi”, do site Pensa Brasil (90.150 compartilhamentos);
- “Presidente do PDT ordena que militância pró-Dilma vá armada no domingo: 'Atirar para matar'”, do site Diário do Brasil (65.737 compartilhamentos);
- Lula deixa Brasília às pressas ao saber de nova fase da Lava-Jato. Seria um mandado de prisão?”, do site Diário do Brasil (58.601 compartilhamentos).

Sobre a eleição de Donald Trump, a empresa BuzzFeed analisou 40 notícias de sites supostamente informativos e blogs durante os três últimos meses da campanha e, a partir dessa análise, identificou-se que 20 eram falsas e tiveram um alcance muito maior do que os conteúdos das maiores fontes noticiosas dos EUA, como “New York Times”, “Washington Post” e “NBC News”.

As duas notícias falsas que mais tiveram repercussão na época foram:

- “Wikileaks confirma que Clinton vendeu armas para o Estado Islâmico”;
- “Papa Francisco choca o mundo e apoia Donald Trump”.

## EXPRESSIVIDADES E CASOS DE *FAKE NEWS*

Quanto à eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, em apenas 70 dias de campanha eleitoral, agências de checagem de fatos precisaram desmentir mais de 100 boatos contra o candidato do PT, Fernando Haddad. Também contra o próprio Partidos dos Trabalhadores foi realizada uma avalanche de *fake news*. Mais de uma mentira por dia era veiculada. Só nesse período dos 70 dias, foram 123 checagens de desinformação ou contrainformação ligadas ao candidato do PT e fomentadas pelo bolsonarismo.

“Kit Gay”, “Agressão de Ciro Gomes a Patrícia Pillar”, “Marielle Franco ligada à facção criminosa” e “Manuela D’Ávila com camiseta com frase ‘Jesus é Travesti’” foram algumas das inverdades espalhadas durante a campanha política de 2018.

## Referências

ARANTES, Jose Tadeu. **Fake news na ciência**. Disponível em: <https://agencia.fapesp.br/fake-news-na-ciencia/30120/> Acesso: 03 nov 2021.

CRUZ, Aline da. **Fonologia e Gramática do Nheengatú: a língua geral falada pelos povos Baré, Warekena e Baniwa**. Disponível em: [http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/tese%3Acruz-2011/cruz\\_2011\\_nheengatu.pdf](http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/tese%3Acruz-2011/cruz_2011_nheengatu.pdf).

FILHO, João Baptista Galvão. **Poluição do ar**. Consultoria Ambiental, 2021. Disponível em: <https://www.consultoriaambiental.com.br/pdf/pdf-35.pdf>. Acesso em: 22 set. 2021.

FRANCO, Luiz Gustavo. **Ciência em Contexto: Propostas para construir espaços-tempos de ciência na escola**, 2021. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Luiz-Gustavo-Franco-2/publication/354162939\\_Ciencia\\_em\\_contexto\\_propostas\\_para\\_construir\\_espacos-tempos\\_de\\_ciencia\\_na\\_escola/links/6128bbcf2b40ec7d8bc8c008/Ciencia-em-contexto-propostas-para-construir-espacos-tempos-de-ciencia-na-escola.pdf#page=236](https://www.researchgate.net/profile/Luiz-Gustavo-Franco-2/publication/354162939_Ciencia_em_contexto_propostas_para_construir_espacos-tempos_de_ciencia_na_escola/links/6128bbcf2b40ec7d8bc8c008/Ciencia-em-contexto-propostas-para-construir-espacos-tempos-de-ciencia-na-escola.pdf#page=236). Acesso em: 22 set. 2021.

FUTURA, canal. **Poluição atmosférica – Ciências – 7º ano – Ensino Fundamental**. 2020. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=y8EX5QVPpI0&ab\\_channel=CanalFutura](https://www.youtube.com/watch?v=y8EX5QVPpI0&ab_channel=CanalFutura)

GOMES, Camila Paula de Barros. O impacto das fake news sobre as políticas públicas. **Revista Digital de Direito Administrativo**, [s. l.], 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdda/article/view/179180/174571>. Acesso em: 22 set. 2021.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. Cia. das Letras, 2019.

MOSELEY, Christopher (ed.). **Atlas of the World's Languages in Danger**. 3rd ed. Paris: UNESCO Publishing. <http://www.unesco.org/culture/en/endangeredlanguages/atlas>. 2010.

MOSONYI, Esteban e MOSONYI, Jorge. **Manual de lenguas indígenas de Venezuela**. Caracas: Fundación Bigott. 2000.

PIVARO, Gabriela, GIROTTI JÚNIOR, Gildo. O ataque organizado à ciência como forma de manipulação: do aquecimento global ao coronavírus. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/fisica/article/view/74968/45149>. Acesso em: 22 set. 2021.



RODRIGUES, Patrícia da Silva Araújo. **Índios no Brasil**. Disponível em: [https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigocientifico\\_15\\_0.pdf](https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigocientifico_15_0.pdf)

STRAATMANN, Jeferson Camarão, ALMEIDA, Roberto. **O 'povo da mercadoria' precisa dizer sim a outras formas de existência**. [www.socioambiental.org](http://www.socioambiental.org), 2021. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-isa/o-povo-da-mercadoria-precisa-dizer-sim-a-outras-formas-de-existencia>. Acesso em: 27/09/2021.

TÉLLEZ, Jairo, RODRÍGUEZ, Alba e FAJARDO, Álvaro. **Contaminación por Monóxido de Carbono: un Problema de Salud Ambiental**. *Rev. Salud Pública*. 8 (1): 108-117, 2006.

VIEIRA, Neise Ribeiro. **Poluição do Ar**. 2009.

VEIGA, Edson. CNN Brasil. **Aquecimento global, desmatamento: termos controversos da emergência climática**. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/aquecimento-global-desmatamento-termos-controversos-da-emergencia-climatica/>

## **Bibliografia complementar**

Amazônia? Rio Amazonas? Amazônia Legal? Arco do Desmatamento?. Instituto Sociedade, População e Natureza. Disponível em: <https://ispn.org.br/biomas/amazonia/amazonia-legal/>. Acesso em 21 Set 2021.

As 5 maiores mentiras sobre o aquecimento global. Terra, 2017. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/climatempo/as-5-maiores-mentiras-sobre-o-aquecimento-global,bd5a1c6c5a3b62609577712a727116b6n1tfrws5.html#:~:text=Tivemos%20eras%20glaciais%20e%20per%20os%20humanos%20sequer%20existiam%22>

Biblioteca IBGE. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=442601&view=detalhes>>. Acesso em 21 Set. 2021.

Brasil é o terceiro país que mais usa redes sociais no mundo. Disponível em: <https://monitormercantil.com.br/brasil-e-o-terceiro-pais-que-mais-usa-redes-sociais-no-mundo/>.

Como identificar Fake News?. Disponível em: <https://sites.ufpe.br/dagi/2020/07/05/como-identificar-fake-news/>.

Mais de 70% dos brasileiros com internet já acreditaram em uma fake news sobre coronavírus. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/05/03/mais-de-70percent-dos-brasileiros-com-internet-ja-acreditaram-em-uma-fake-news-sobre-coronavirus.ghtml>.

Na semana do impeachment, 3 das 5 notícias mais compartilhadas no Facebook são falsas. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/04/na-semana-do-impeachment-3-das-5-noticias-mais-compartilhadas-no-facebook-sao-falsas.html>.

Onde Está a Água do Brasil?. Empresa Brasil de Comunicação. Disponível em: <https://www.ebc.com.br/especiais-agua/agua-no-brasil/>. Acesso 22 Set 2021.

**Os índios de ontem e os indígenas de hoje.** Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/formacao\\_acao/2semestre2017/fa2017\\_os\\_indios\\_ontem\\_DEDI\\_roteiro.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/formacao_acao/2semestre2017/fa2017_os_indios_ontem_DEDI_roteiro.pdf).

**Pesquisa diz que Rio Tietê tem 150 KM de água imprópria para o uso.** Agência Brasil. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-09/pesquisa-diz-que-rio-tiete-tem-150-km-de-agua-impropria-para-uso>>. Acesso em 22 Set. 2021.

**Pesquisadores debatem fake news na ciência e como elas afetam os cidadãos.** Disponível em: <https://www.ufms.br/pesquisadores-debatem-fake-news-na-ciencia-e-como-elas-afetam-os-cidadaos/> Acesso: 03 nov 2021.

**Povos Indígenas no Brasil.** Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/o-isa/programas/povos-indigenas-no-brasil>

**Qualidade da água é regular em 73% dos rios brasileiros, diz relatório.** Agência Brasil. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-03/qualidade-da-agua-e-regular-em-73-dos-rios-brasileiros>>. Acesso em 22 de Set. 2021.

**Regiões Hidrográficas.** Agência Nacional Da Água (ANA). “Regiões Hidrográficas”. Disponível em: <[https://dadosabertos.ana.gov.br/datasets/b78ea64219b9498c8125cdef390715b7\\_0/explore?location=-14.240150%2C-54.391750%2C4.41](https://dadosabertos.ana.gov.br/datasets/b78ea64219b9498c8125cdef390715b7_0/explore?location=-14.240150%2C-54.391750%2C4.41)>. Acesso em 22 Set 2021.

**Rios do Brasil. Conheça o Brasil – Território.** IBGE Educa. Disponível em <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/territorio/18305-rios-do-brasil.html>. Acesso em 21 Set. 2021.

## **Entrevistas realizadas**

**Jaime Diakara Desana** - Possui graduação em Pedagogia Intercultural Indígena pela Universidade do Estado do Amazonas (2014). Atualmente é representante de três povos indígenas do Igarapé Cucura/AM. É escritor de literatura indígena do Instituto UKA - Casa dos Saberes Ancestrais e Bem Patrimonial Cultural do Povo Indígena e assistente técnico do eixo da Cultura Indígena no Museu da Amazônia, atuando principalmente nos seguintes temas: povos indígenas, etnoastronomia, calendário lunar, etnoecologia e etnografia. Professor e tradutor de língua Tukano. Músico indígena na cultura Desana e mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas.

**Flávia Moura** - Jornalista, Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade Federal do Amazonas. Atua como repórter de rede da Band Amazonas e repórter correspondente da Band News. Professora de Jornalismo Faculdade Boas Novas (FBN).

**Rodrigo Lima** – Mestre em Gestão de Áreas Protegidas na Amazônia pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa). Trabalha no Instituto Amazônia Livre (IAL). Profissional da área de gestão ambiental, tem experiência em elaboração e gestão de projetos ambientais, eficiência energética, elaboração de planos de governo e estudos de sustentabilidade econômica e ambiental. Atualmente, ocupa o cargo de Conselheiro do IAL.

**Vanda Ortega** - Indígena do povo Murue Bue (Witoto) do Alto Solimões e acadêmica de pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Tem formação técnica em enfermagem pela Fundação Alfredo da Matta e coordena a Casa de Saúde Indígena da comunidade indígena Parque das Tribos, em Manaus, sendo membro do Movimento dos Estudantes Indígenas do Estado do Amazonas (MEIAM) e articuladora da Associação dos Witoto do Alto Solimões/AM (Awas).

Carlysson Sena - Jornalista e empresário do mercado das artes visuais da Amazônia. Atua há 16 anos no jornalismo e está presente no marketing e comunicação institucional há oito. Em 2016, decidiu destinar seu foco ao mercado das artes visuais, comercializando obras de arte inspiradas na poética da Amazônia.

# Divulgação científica: uma tarefa essencial

(Posfácio)

Ao fim do livro *Jornalismo socioambiental humanizado: uma abordagem contemporânea* são adquiridos alguns novos saberes, de extrema valia, para a urgência do presente. Primeiramente, destaco o apanhado de informações acadêmicas baseadas nas diretrizes da *Open Access Initiative* (OAI), conforme citado no início da coletânea, o que me remeteu a alguns itens que merecem ser destacados. Dentre eles, enfatizo a importância da divulgação científica registrada no trabalho segundo diferentes vieses. Depois, saliento que a proposta da discussão, a qual de modo fortuito versou sobre o fazer jornalístico e as atividades inerentes à checagem de fatos divulgados de modo midiático no presente, é muito pertinente na contemporaneidade.

Assim, partindo do ponto consensual de que vivemos em um período de divulgações falsas e exaustivamente difundidas, proporcionar acesso a conhecimentos advindos de universidades ao público em geral é de suma importância como resposta a investimentos coletivos e estatais no ensino e na produção de ciência. Tal redoma acadêmica, por certo, necessita ser rompida para que o saber chegue a cidadãos de forma segura, não deturpada, pois quando sabemos a fonte temos a segurança para saciar a sede sem receios.

O debate, assim penso, é mais que pertinente. É fulcral. O meio ambiente do planeta (em especial do Brasil e da Amazônia) encontra-se sob ataque e nós testemunhamos um momento a ser entendido como divisor de águas do Antropoceno. Daí que, com o conhecimento divulgado no livro, temos efetivada uma contribuição à luta para se chamar atenção a aspectos severos das alterações ambientais globais.

Há que se destacar o fato de o trabalho intelectual realizado em *Jornalismo socioambiental humanizado: uma abordagem contemporânea* ter se pautado em bases sólidas do conhecimento humano como um todo. Este livro tem como proposta oferecer ao público outras possibilidades de sentidos para termos e conceitos amplamente utilizados, em publicações de diferentes origens.

Organizadoras e organizador, nessa tarefa, propuseram o fornecimento de dados recentes, o que é muito útil quando procuramos fontes para a constatação de informações a serem divulgados democraticamente. O grupo, assim, fez-se valer da divulgação científica a partir de uma ação necessária, de maneira objetiva e simples, via verbetes, números e informações usados e disseminados com maturidade e consciência acerca do público leitor a ser conquistado. Daí que se percebe claramente, na coletânea, a menção à democratização de saberes como ato fundamental para a globalização de informações de fontes confiáveis.

Não à toa o termo "humanizado" nos remeta a um trabalho em equipe, de estudantes e profissionais, mediado de acordo com relação horizontal de produção. Humanizado também, a meu ver, por se optar por foco diretivo a populações originárias e tradicionais, segundo seus engendramentos, que vivem em um grande e complexo meio ambiente. Saliento a questão porque nem sempre a interatividade natureza-sociedade encontra-se fácil de ser apreendida. Às vezes, inclusive, carece a nós o entendimento de que somos parte dessa casa comum e tudo nos afeta no cotidiano. E, se afeta, nada mais justo que tomemos posse de saberes para se conhecer o passado, estruturar ações presentes e planejar futuras em conjunto, considerando o planeta como ecossistema integrado.

Dados popularizados no livro são polêmicos e têm sido alvo de debate entre defensores dos biomas brasileiros (e em especial da Amazônia) e seus detratores ferrenhos, que se alimentam unicamente de lucro e de um mercado ensandecido. São polêmicos, mas reais e verdadeiros, os dados por nós organizados e apresentados. Por isso que, de posse de tais informações, o público leitor poderá ter noção dos impactos que décadas de capitalismo e mercado ao extremo, com pouquíssima igualdade social, com consumos desenfreados, causaram na floresta e em seus habitantes.

No trabalho ainda se notam debates acerca de medidas que governantes tomaram ou não para combater a destruição de recursos socioambientais. Verifica-se, entre os textos, em que medida a globalização facilita o conhecimento ou a destruição. Então, ao trazerem para o centro da conversa a questão amazônica, organizador e organizadoras apontam de igual monta uma preocupação mundial, que foi tema da COP-26 em Glasgow e de demais COPs desde sempre: a continuação da vida na Terra.

Dessa maneira, por meio dos capítulos em análise e passeando pelos parágrafos descritos, é nítido observar que existe um alto grau de responsabilidade a que o agora nos convoca. Nota-se, por exemplo, o termo "sustentabilidade", que tanto está na moda por conta apenas do fetichismo da palavra e ainda estimulado principalmente pelas mídias, ser tratado a partir de um agregado real do seu significado.

Na coletânea, a sustentabilidade vem da união do ecos à humanidade, dentro de um diferencial nesse particular: a divulgação científica. A sustentabilidade é abordada na medida em que se chama atenção para a tragédia em que estamos nos afundando. Os capítulos, assim, tocam na ferida de quem apenas se importa com o vil metal e não age com consciência.



A partir dos escritos percebemos que prejuízos ambientais são também prejuízos financeiros e prejuízos amazônicos e globais, pois ao escassearmos recursos torna-se impossível a colheita da matéria-prima necessária à produção, cada vez mais requisitada em uma sociedade mundial, que não cessa de crescer e consumir. É preciso, desde sempre, humanizar a preocupação e fazer com que, na realidade e de fato, as sociedades mundiais se interessem pelo próprio legado.

Dito isso, penso até ser possível que a publicação represente uma fonte de desconforto para quem é propenso a cobrir o sol com “peneiras políticas”. Mas é exatamente nesse ponto que quisemos chegar com *Jornalismo socioambiental humanizado: uma abordagem contemporânea*.

O livro trouxe fontes de publicações nacionais e internacionais, qualificadas. Ou seja, a proposta inicial foi facilitar a busca por tais dados e ainda houve a preocupação em mostrar a variação de estudos mundiais, além de incluir citações de personalidades importantes e influentes no meio ambiente, como Ailton Krenak, líder indígena, filósofo, poeta e uma das principais vozes da atualidade brasileira. Fontes utilizadas para a pesquisa incluíram órgãos oficiais e os próprios governos brasileiros em esferas e períodos distintos.

Outro ponto enfatizado foi o genocídio da população indígena e negra do país, que tem sido fonte de disputas violentas no presente. O debate inclui lideranças estrangeiras e mobiliza a sociedade contra os preconceitos, as exclusões e a negação de direitos de pessoas, que precisam ser combatidos com urgência por meio de esclarecimentos e cobranças de ações que geram emprego, moradia, saúde e educação. Só a justiça social pode promover a garantia de direitos humanos para populações vulneráveis.

Em um dos trechos talvez desconfortáveis a leitores fica explícito o quanto o nosso país, apesar de ser o berço das nações indígenas, ainda é terrivelmente despreparado em todos os níveis para lidar com a questão dos povos originários de uma forma em que predomine a equidade. Lidar com o passado de uma nação construída à base de escravidão não é tarefa fácil, mas o livro também pinça esse lado triste de nossa história.

Ao lidar com a situação dos povos ribeirinhos, a publicação trouxe à tona comunidades pobres que costumam ser excluídas e invisibilizadas pelo poder público. Porém, vimos que é para o espelho dessas pessoas que devemos olhar, já que são exemplo de convívio em harmonia com a floresta.

Não adianta destacar a sustentabilidade sem perceber o *modus operandi* da população acostumada a conviver de forma simbiótica com a subida e a descida dos rios, com as caças, com as espiritualidades e cosmologias implicadas, adaptando-se à existência de maneira autônoma, desenvolvendo técnicas elaboradas, inclusive de arquitetura e coleta de alimentos.

Dentro da seara da internet essas informações podem ser utilizadas para esclarecer questões bastante comuns a todos os cidadãos, como por exemplo a utilização de termos corretos para nos direcionarmos a determinadas populações, evitando assim cometer erros crassos de linguagem e incorrer em discriminação. O *Capítulo 3* almejou, por meio de uma proposta colaborativa de sistemas e posturas, supor como não incorrer em narrativas preconceituosas. Com isso, pensamos ter contribuído para um melhor esclarecimento social sobre o assunto.

Trata-se de um livro elaborado com cuidado, por equipe de três profissionais e sete graduandas, com representações ilustrativas de ambientes e civilizações, em editoração digital leve e textualizada em material de fácil compreensão, com dados de fontes variadas e confiáveis, leis específicas em cada debate e o alerta para o perigo das *fake news*, que podem nos causar danos em diferentes graus e gravidades, dentre eles o fim do nosso mundo como o conhecemos hoje e, por conseguinte, da raça humana.

Temos aqui o trabalho de uma equipe comprometida não apenas com a divulgação científica, mas com o futuro de um lugar precioso e importante para a humanidade, disponibilizado de forma gratuita e que deve ser compartilhado. Assim, penso ser interessante que leitores deste ebook o utilizem no âmbito pessoal e coletivo, desde estudantes do Ensino Médio (futuros acadêmicos) até quem por suposto esbarrar com ele no acaso de uma das ondas da internet (essas ondas que vez ou outra trazem novidades).

Deixamos, por fim, um chamado: repassem este material sem restrições, para que qualquer pessoa acesse, leia, baixe, copie, distribua ou imprima, citando a fonte de origem, tanto porque o *Jornalismo socioambiental humanizado: uma abordagem contemporânea* é exatamente para isso, ser compartilhado. Tentamos, nós, esclarecer com responsabilidade e esperamos ter realizado uma justa prática de divulgação científica. Essas são as nossas expectativas. Enquanto cidadã amazonense sinto-me representada neste trabalho e faço questão de pedir licença e afirmar, por todos que com ele contribuíram: oxalá, alcancemos bons frutos.

**Jalna Gordiano**

Bacharel em Serviço Social. Ativista socioambiental e de saúde no Amazonas. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ambientes Amazônicos (Nepam/Ufam)

## SOBRE ORGANIZADORAS E ORGANIZADOR

### PROFISSIONAIS

#### **Ana Paula Freire**

Possui doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (2013). É Analista em C&T Sênior no Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN), vinculado à Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações - MCTIC). Especializou-se em jornalismo científico pelo Labjor-UNICAMP. Amazônia, mudanças climáticas, aquecimento global, tecnologia nuclear e suas aplicações são alguns dos temas de interesse. Foi bolsista do Programa de Comunicação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), onde desenvolveu pesquisas na área e coordenou o Departamento de Difusão do Conhecimento (DECON). Coordenou projeto de divulgação científica aprovado em edital do CNPq-PPG-7 e atualmente é responsável pela divulgação científica e institucional do IPEN. Foi bolsista de divulgação científica do CNPq, nível 1.

#### **Jalna Gordiano**

Bacharel em Serviço Social pelo Centro Universitário do Norte (Uninorte). Trabalhou como estagiária do Depto. Psicossocial/Ciapa da Secretaria de Administração Penitenciária/AM. É integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ambientes Amazônicos (Nepam) da Universidade Federal do Amazonas. Trabalhou como voluntária durante a segunda e mais aguda onda de espalhamento do SARS-CoV-2 em Manaus/AM, o que lhe rendeu a “Medalha de Honra ao Mérito Anjos”, por serviços realizados na linha de frente da pandemia.

#### **Renan Albuquerque**

Professor Associado da Universidade Federal do Amazonas. Realizou Pós-Doutorado em Ciências Humanas pelo Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da USP. Também possui Estágio Pós-Doutoral de pesquisa em Antropologia (2017) e Psicologia Social (2021), ambos pela PUC-SP. É Pesquisador Colaborador do Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos (Diversitas) da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP.

### DISCENTES

#### **Emília Picanço, Maria Luiza Dácio, Rebeca Vilhena, Soraia Joffely, Thalita Bandeira, Vitória Freire e Yasmim Tabosa**

Estudantes de Comunicação Social/Jornalismo da Universidade Federal do Amazonas. Fazem graduação na Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), na capital Manaus. Integraram a disciplina “A Comunicação no Amazonas e na Amazônia”, na FIC, ministrada pelo prof. Renan Albuquerque, a partir da qual realizaram laboratório de produção de divulgação científica. O resultado foi o livro *Jornalismo Socioambiental Humanizado: Uma abordagem Contemporânea*.

Este livro foi compilado a partir de atividades técnicas do Laboratório de Editoração Eletrônica do Amazonas (LEDA), vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ambientes Amazônicos (NEPAM)